

MEMÓRIA E INTERVENÇÃO

150 ANOS

DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador exclusivo
BPI – Banco Português de Investimentos

MEMÓRIA E INTERVENÇÃO

150 ANOS

DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

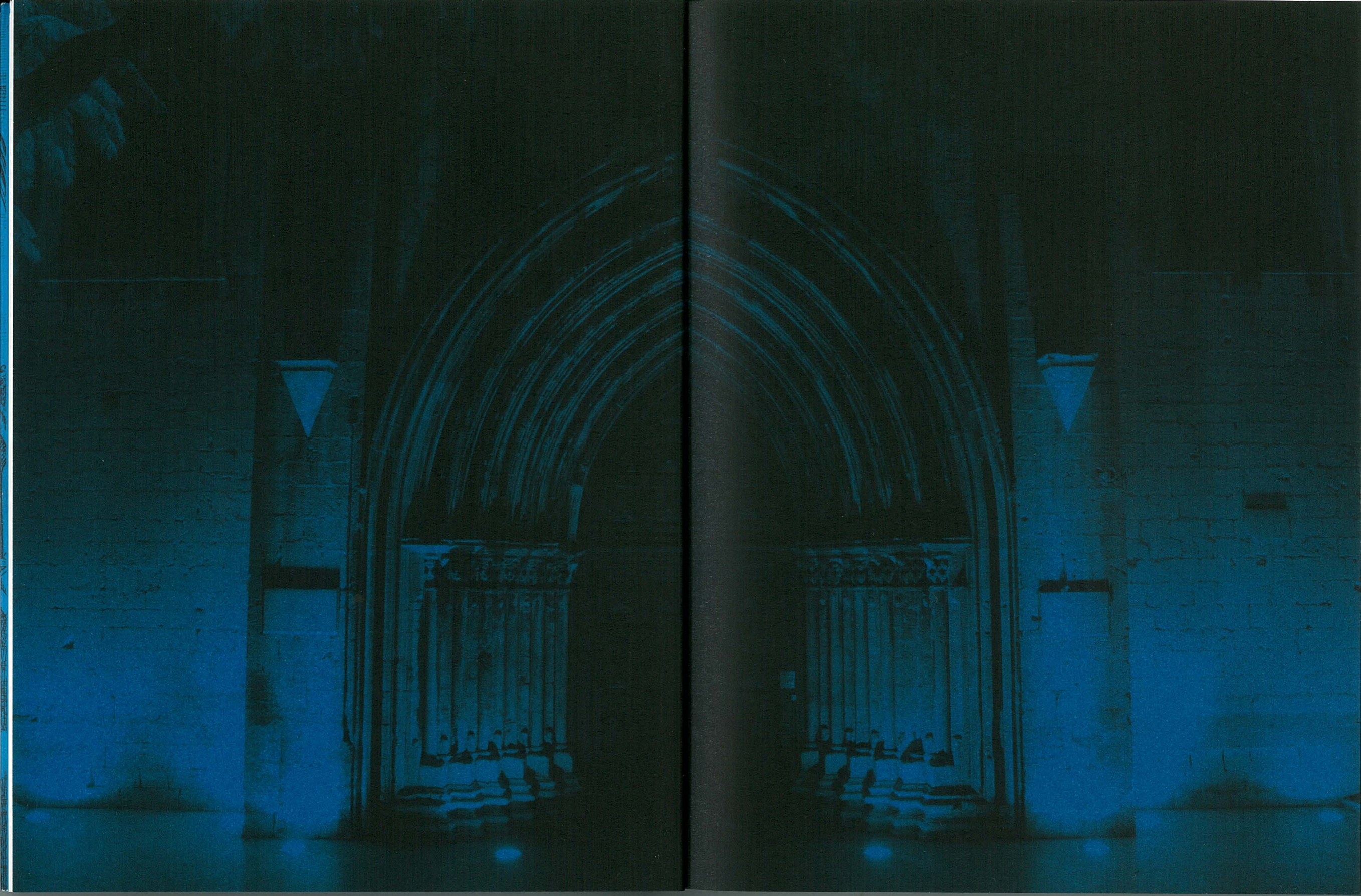
Coordenação
José Morais Arnaud

Patrocinador oficial:



ÍNDICE

PRÓLOGO	9
A FUNDAÇÃO MONÁRQUICA (1863-1910)	13
A CONSOLIDAÇÃO REPUBLICANA (1910-1926)	39
A “ESTABILIZAÇÃO” DO ESTADO NOVO (1926-1974)	55
A RESTAURAÇÃO DEMOCRÁTICA (1974-1994)	73
A REMODELAÇÃO DO SÉCULO XX-XXI (1994-2004)	85
UMA ASSOCIAÇÃO E MUSEU PARA O SÉCULO XXI	93
BIBLIOGRAFIA	105
FICHA TÉCNICA (EXPOSIÇÃO/CATÁLOGO)	110



PRÓLOGO

Fundada em 1863, a Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) é a mais antiga instituição da área do património cultural que ainda subsiste em Portugal. Essa longevidade deve-se, como a do próprio país, na visão preclara de Alexandre Herculano, à vontade, determinação, e capacidade de luta por uma causa, de um número relativamente reduzido de cidadãos e, por outro, à enorme capacidade de mudança e de adaptação da instituição a novas conjunturas políticas, sociais e económicas, sem nunca se desviar dos seus objectivos estratégicos fundamentais, da sua matriz geradora: a salvaguarda e valorização do património cultural. Com predomínio do património arquitectónico, durante a Monarquia Constitucional e a 1ª República, do património arqueológico e histórico, durante o Estado Novo, para finalmente se concentrar no património arqueológico, a partir da restauração da Democracia. Por isso se optou, nesta breve tentativa de síntese, da já longa e rica história desta Associação e do seu Museu, por uma periodização que coincide, em larga medida, com a dos sucessivos regimes políticos, sem forçar a realidade, embora com pequenos ajustamentos, resultantes do ligeiro desfasamento temporal que quase sempre se verifica entre as mutações políticas e a sua repercussão na sociedade.

Embora destinado a um público não especializado, este livro tem em consideração investigações recentes desenvolvidas sobre a matéria por especialistas na história da arqueologia e do património cultural português, algumas das quais serão em breve publicadas num volume especial da revista *Arqueologia & História*, comemorativo dos 150 anos da Associação. O presente volume, que acompanha de perto o guião da exposição com o mesmo título, sem pretender ser um catálogo, é assim o resultado de vários anos de dedicação à causa da Associação e do seu Museu. Com efeito, não posso deixar de fazer

aqui a minha “declaração de interesses”: tendo acompanhado de perto, desde o já longínquo ano de 1963, em que entrei pela primeira vez na Associação, pela mão de meu saudoso Mestre e Amigo Eduardo da Cunha Serrão, a vida associativa, e tendo vindo a desempenhar funções directivas desde 1990, depois de ter sido Presidente da Secção de Pré-história durante a década de 1980, tenho, como é inevitável, uma visão muito pessoal sobre esta instituição. Neste balanço e passagem simbólica de testemunho às gerações futuras, tentei ser o mais sintético e objectivo possível, sem deixar de transmitir o entusiasmo e a vontade de lutar sempre por aquilo em que se acredita, que faz parte do código genético da instituição.

Ao longo desta caminhada, muitos foram os que me acompanharam, alguns já desaparecidos, como Eduardo da Cunha Serrão, Teresa Júdice Gamito, ou João Fernandes Gomes, cuja memória aqui evoco com saudade. Outros ficaram pelo caminho, por razões diversas, o que muito lamento. Mas não posso deixar de fazer aqui uma referência muito especial ao José Barreto Domingos que, com a sua discrição, o seu bom senso, a sua fleuma e a sua competência técnica, tem sido um pilar fundamental de uma gestão eficiente dos recursos associativos, por vezes com sacrifício da sua vida pessoal e profissional, ao longo dos últimos quase 20 anos. Agradeço também à Ana, que me acompanhou ao longo dos últimos 15 anos, a paciência e compreensão que demonstrou, em especial neste último ano de dedicação quase exclusiva à vida associativa.

Livro e exposição não teriam sido possíveis sem o apoio de várias pessoas e entidades, a quem se agradece o empenho e dedicação que deram a esta importante componente das comemorações dos 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses. A primeira menção vai, como é natural, para a Dr.^a Maria Inês Cordeiro, Directora da Biblioteca Nacional de Portugal, e toda a sua equipa, que acolheu desde a primeira hora a proposta de se realizar a exposição Memória e Intervenção – 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e também o I Congresso desta Associação, neste lugar central da Cultura Portuguesa, numa parceria que reputo da maior importância, nestes tempos em que urge fazer mais com menos recursos, e isso só é possível com a abertura e o espírito de cooperação interinstitucional que deve presidir ao relacionamento entre entidades ao serviço da comunidade.

Cumpre-me também agradecer o generoso apoio mecenático concedido em exclusivo pelo Banco Português de Investimento (BPI), parceiro financeiro da AAP, que nele deposita as suas receitas e a quem recorre quando precisa de fazer investimentos que ultrapassam as disponibilidades do momento, numa relação comercial sem mácula ao longo de várias décadas, e que esperamos manter por muitos e bons anos.

Agradece-se também a todos aqueles que contribuíram com o seu saber, experiência, criatividade e profissionalismo para a realização deste projecto, por vezes em condições difíceis, devido às inevitáveis contingências de tempo e de orçamento: ao incansável e dedicado designer da exposição e do livro, Paulo Freitas, responsável da Flatland, e ao seu colaborador no projecto museográfico, Arq.^o Fausto Briosa, pela extrema qualidade e depuramento estético que lhe imprimiram; à Dr.^a Manuela Rego, responsável pelo sector de exposições da BNP; às Dr.^{as} Maria José Moinhos e Maria da Conceição Ribeiro, que generosamente prepararam as maquetas de monumentos clássicos, ao Prof. Pais de Brito e à Dr.^a Ana Botas, do Museu Nacional de Etnologia, que deram a sua melhor colaboração na sua identificação e classificação do acervo etnográfico exposto no “Gabinete de Curiosidades”, à Dr.^a Lia Jorge, que fez uma excelente intervenção de limpeza e conservação desse acervo, e ainda ao Dr. António Carvalho, Director do Museu Nacional de Arqueologia, que acolheu no laboratório daquele Museu.

Agradeço ainda aos responsáveis do Instituto de Reabilitação Urbana (IHRU) e do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa a cedência gratuita de diversas imagens referentes ao edifício do histórico do Carmo.

Enfim, um agradecimento muito especial à Dr.^a Célia Nunes Pereira, Conservadora do Museu Arqueológico do Carmo, pelo modo como se empenhou neste projecto, desde a primeira hora, bem como a toda a equipa de F. Costa / Oficina de Museus que tornou possível a montagem da exposição num prazo tão apertado.

José Morais Arnaud

Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses



A FUNDAÇÃO
MONÁRQUICA
(1863-1910)

“É contra a índole destruidora dos homens de hoje que a razão e a consciência nos forçam a erguer a voz e a chamar, como o antigo eremita, todos os animos capazes de nobre esforço para nova cruzada. Ergueremos um brado a favor dos monumentos da história, da arte, da gloria nacional, que todos os dias vemos desabar em ruínas.”

Alexandre Herculano, *Monumentos Patrios*, 1838

No dia 22 de Novembro de 1863 o arquitecto da Casa Real Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), juntamente com sete outros arquitectos - João Pires da Fonte e José da Costa Sequeira (Professores da Academia de Belas-Artes de Lisboa), Feliciano José Corrêa, Manuel José de Oliveira Cruz, Paulo Ferreira da Costa, Veríssimo José da Costa e Valentim José Corrêa (Arquitectos do Ministério das Obras Públicas) decidiram fundar a Associação dos Architectos Civis Portugueses (AACP), com o objectivo de promover a prática da arquitectura civil, num país em que esta disciplina ainda estava muito marcada pelo prestígio da arquitectura e da engenharia militar, reforçado durante a reconstrução de Lisboa, na sequência do Terramoto de 1755, entregue por Pombal a arquitectos/engenheiros militares, como Manuel da Maia e Eugénio dos Santos. O que Possidónio e os restantes companheiros e co-fundadores aliás não renegavam, antes pelo contrário, consideravam como referências incontornáveis, pois uma das suas primeiras decisões foi precisamente encomendar retratos a óleo desses seus antecessores, em cuja tradição se filiavam e que ainda hoje se encontram expostos no Museu Arqueológico do Carmo (MAC).

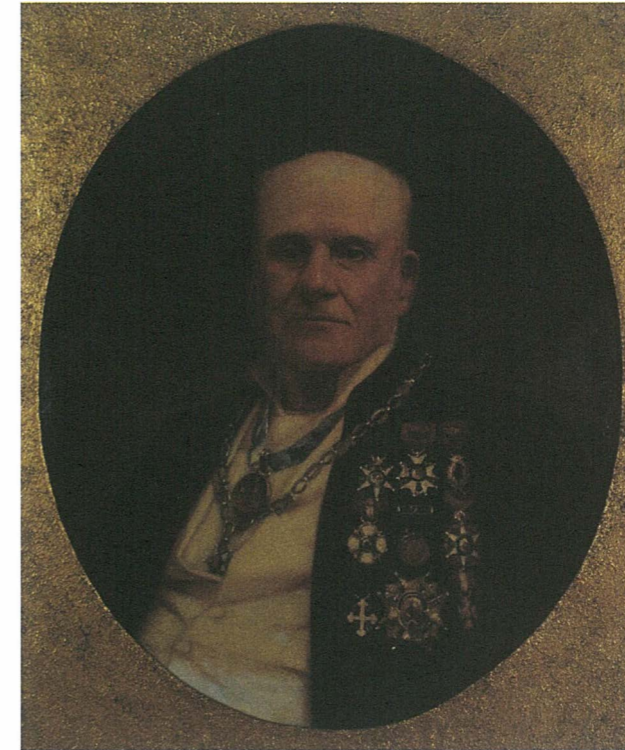


Fig. 1
Retrato de Joaquim Possidónio Narciso da Silva
Félix da Costa, Finais do séc. XIX, Óleo sobre tela.
AF/AAP. Reprod. H. Ruas

POSSIDÓNIO DA SILVA E A CRIAÇÃO DO PRIMEIRO LOBBY A FAVOR DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Possidónio da Silva e os seus sete companheiros cedo se aperceberam que, sozinhos, não conseguiriam alcançar os seus objectivos, que não se confinavam aos aspectos estritamente profissionais, num país devastado pela Guerra Peninsular (1807-1814) e pela Guerra Civil (1828-1834) em que, mais do que construir obra nova, havia que salvar e adaptar a novas funcionalidades, civis e militares, os numerosos conventos e mosteiros, extintos, barbaramente delapidados e abandonados em 1834, em consequência da Lei de Desamortização dos Bens da Igreja, da autoria de Joaquim António de Aguiar.

Militante liberal desde a primeira hora, tendo integrado o vitorioso exército do Duque da Terceira, Possidónio tinha, tal como Almeida Garrett e Alexandre Herculano, uma forte consciência crítica em relação à destruição do património monumental e artístico ocorrida por

todo o país após 1834, e cedo se apercebeu da necessidade imperiosa de granjear apoios para a causa da preservação do património arquitectónico nas mais altas esferas do regime liberal. Não deixa de ser sintomático que o Ministro do Reino que preparou o Alvará Régio de 29 de Janeiro de 1864, o qual aprova a constituição e os estatutos da Associação dos Architectos Civis Portugueses, o Duque de Loulé, tenha sido feito “Sócio Amador”, e que se lhe tenham seguido nesse mesmo ano e nos seguintes, o Marquês Sousa Holstein, o Conde de Farrobo, o Visconde de Valmor, o Marquês de Sabugosa, o Duque de Palmela, o Marquês de Abrantes, António Augusto de Aguiar e tantos outros, representados no magnífico álbum de Retratos dos Sócios Amadores de 1871. Possidónio foi assim o criador da primeira associação de arquitectos e arqueólogos (no sentido de pessoas que se interessavam por monumentos e arte antiga), que foi também a primeira “Associação de Defesa do Património”, antes do seu tempo, constituída com o objectivo de fazer pressão ao mais alto nível político a favor da preservação, investigação e valorização do património arquitectónico e arqueológico.

TOMADA DE POSSE DAS RUÍNAS DA ANTIGA IGREJA DO CARMO

Os resultados desta inteligente estratégia não se fizeram esperar: foi graças à mesma que a novel Associação conseguiu, logo em Julho de 1864, tomar posse “de parte das ruínas do edifício do Carmo, compreendendo as três naves, desde a porta principal até ao cruzeiro”, então num estado absolutamente degradante para aí instalar a sua sede e “um museu de antiguidades pertencentes á Architectura” (Dias, 1907,p.7).

Como se pode ver nas imagens, o que restava de uma das mais imponentes e faustosas igrejas da cidade de Lisboa, após o terramoto não se encontrava como a bela e romântica gravura de o *Universo Pittoresco* de 1941-42 sugere, mas tão cheia de lixos e entulhos que, no dizer de Possidónio da Silva, “Achavam-se já subterrados os 14 degraus de cantaria, que davam ingresso para ela, e o entulho das suas naves subia a tal ponto, que para as desobstruir, foi necessário tirar 8.000 carroças!” Além disso foi também necessário “fazer construir uma espécie

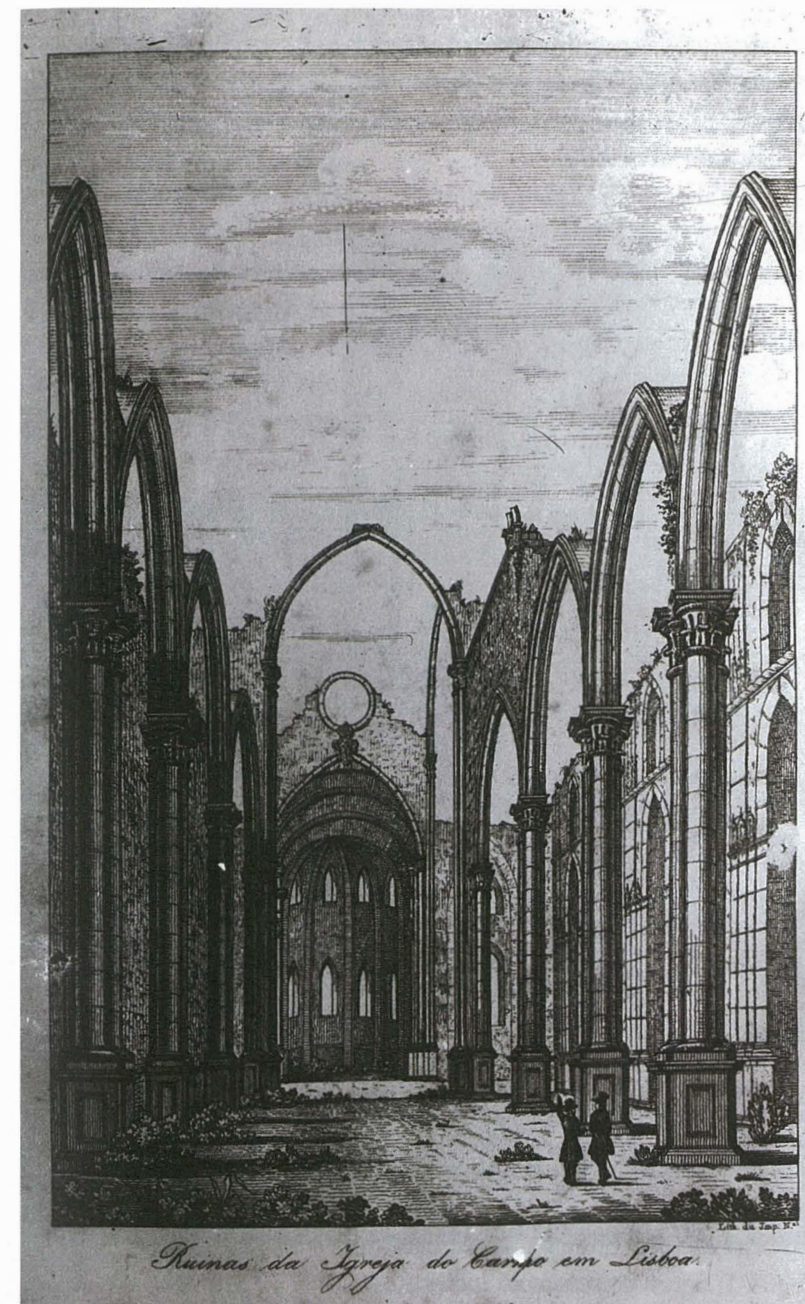


Fig. 2
Representação idealizada
das ruínas da antiga igreja
do Carmo
Universo Pittoresco II,
1841-1842.
Reprod. J. Pessoa

de adro, para separar do belo portal ogival da entrada principal a calçada do Largo do Carmo, que cortava os fustes das colunas do pórtico pela terça parte da sua altura, e destruía as proporções e o aspecto arquitectónico desta antiga edificação religiosa” (Silva 1889).



Fig. 3
Interior das Ruínas
do Carmo, ainda cheias
de entulho, c. 1866.
AF/CML

Graças decerto à amizade de Possidónio com o Rei D. Fernando II de Saxe-Coburgo-Gotha (1816-1885), figura marcante da vida cultural oitocentista e protector da AACP desde a sua fundação, o Rei D. Luís atribuiu-lhe o título régio, passando a designar-se como Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses (RAACAP) por Alvará Régio de 14 de Novembro de 1872.

Tal sucedeu após o regresso de Possidónio a Portugal, depois de uma longa viagem pela Europa, que teve lugar entre 1867 e 1871, durante a qual os destinos da AACP tinham ficado confiados a João Pires da Fonte e a João Maria Feijó.

Nessa viagem, Possidónio teve oportunidade de assistir à Exposição Universal de Paris, de 1867, de participar no Congresso Internacional de Paris, onde se fez retratar com outros architectos estrangeiros, e ainda de assistir à inauguração do Musée des Antiquités Nationales, instalado em 1867 no magnífico palácio de Saint-Germain en Laye. Tudo isso terá originado uma viragem na forma como Possidónio encarava o papel da RAACAP, como salienta Ana Cristina Martins (2003).



Fig. 4
Possidónio da Silva com grupo de participantes
no Congresso Internacional de Architectura
Paris 1867, Foto Nadar.
AF/AAP. Reprod. J. Pessoa

Com efeito, a Europa atravessava então um período de grandes transformações económicas, sociais e políticas, marcado pela ascensão de uma burguesia conservadora e nacionalista. A Arqueologia deixa assim de ser considerada uma mera curiosidade e ornamento de salões elegantes, para se tornar numa forma de conhecimento privilegiado das origens dos povos europeus, que importava aprofundar e utilizar para reforçar as identidades nacionais.

A componente arqueológica da RAACAP só virá, porém, a ser plenamente consagrada nos Estatutos aprovados por Alvará de 30 de Setembro de 1879, passado pelo então governador Civil de Lisboa, Visconde de Valmor. Uma breve análise desses Estatutos permite verificar que a RAACAP “se compõe de architectos, arqueólogos e amadores de architectura e arqueologia, de ambos os sexos, e que o seu intuito é estabelecer um centro de reunião para estas classes, aumentar o espírito de confraternidade, promover o progresso da architectura e o estudo e conservação dos objectos arqueológicos, empregando os seguintes meios: 1º Discutir assuntos pertencentes à architectura e arqueologia; 2º Promover trabalhos architectónicos, e investigações em Portugal; 3º Efectuar periodicamente exposições de desenhos e modelos de architectura, e de objectos de antiguidades de diversas épocas; 4º Empreender escavações no solo português, para recolher as preciosidades arqueológicas que nele se encerram, nos termos das leis vigentes” (Estatutos 1879, grafia actualizada).

A RAACAP fica, assim consagrada, não só como um local em que os “arqueólogos” (no sentido mais amplo do termo), “de ambos os sexos”, são aceites, não já como sócios “amadores”, sem direito de voto, como determinava o Art.º 6 dos Estatutos de 1864, mas como sócios de pleno direito. Além disso, fica também habilitada a promover investigações arqueológicas e a empreender escavações em Portugal, nos termos das leis vigentes, o que representa um grande reforço da componente arqueológica, e vinha também ao encontro do desenvolvimento da actividade arqueológica promovida por outras instituições, como a Comissão Geológica do Reino (criada em 1859), que teve como ponto culminante a realização em Portugal, no ano de 1880, do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica. Este congresso constituiu um marco na história da arqueologia em Portugal, ao reunir os mais prestigiados arqueólogos e antropólogos da

Europa. Foi dominado por dois temas principais, a questão do Homem Terciário e dos eólitos da Ota (que causou acesa polémica), e as bem mais consensuais escavações dos concheiros de Muge, que passaram a ser de referência obrigatória nas primeiras obras de síntese da pré-história peninsular e europeia, publicadas por Émile Cartailhac (1881) e Gabriel de Mortillet (1883) entre outros, contribuindo assim para a internacionalização da arqueologia portuguesa. A visita ao Carmo desses eminentes sábios, ficou assinalada por uma lápide colocada no transepto da antiga igreja.

Uma das principais áreas de intervenção de Possidónio e da RAACAP foi a classificação dos monumentos nacionais: “Pelo sr. Ministro das Obras Públicas, Saraiva de Carvalho em 24 de Outubro do sobredito ano [de 1880], foi pedido à Associação que se servisse designar os monumentos, que deviam ser considerados nacionais, e fazer a classificação dos edificios públicos do reino; trabalho a que imediatamente se procedeu, sendo o seu resultado publicado no Diário do Governo nº62 de 1881.” A prontidão da resposta da RAACAP sugere que este assunto há muito devia já ter sido estudado por Possidónio e pelos seus colaboradores mais directos. Com efeito, ainda antes da fundação da RAACAP, Possidónio acalentava o projecto de “medir e desenhar” os mais notáveis edificios e monumentos do país, civis, religiosos ou militares, com o apoio da Casa Real, tendo mesmo chegado a ser nomeado para o efeito pelo Governo em 1860. Embora o seu biógrafo Costa Godolphim (1894) se refira ao levantamento das plantas de 77 monumentos religiosos, civis ou militares, ao longo da sua longa vida, a maior parte dessas plantas ter-se-ão perdido, pois só chegaram até nós as dos Mosteiros da Batalha e Alcobaça, bem como das Sés de Braga, Porto e Lisboa (Custódio 1999).

Porém, então como hoje, as malhas da burocracia e dos interesses políticos e económicos, eram muito complexas, e acabaria por ser só em 1907 que seriam declarados oficialmente os primeiros Monumentos Nacionais. Dessa lista, que incluía as Ruínas do Templo Romano de Évora e da Igreja do Carmo de Lisboa, faziam parte os 14 monumentos mais importantes do país, tais como a Torre de Belém, os conjuntos monásticos dos Jerónimos, de Tomar, Alcobaça e Mafra, e as Sés de Coimbra, Guarda, Lisboa e Évora (Diário do Governo nº 14, de 17 de janeiro de 1907).

O MUSEU DE POSSIDÓNIO DA SILVA

A fundação desta associação é desde cedo acompanhada pelo projecto de criação de um Museu onde se pudessem acolher obras de arte do património português em risco de destruição, à semelhança do que Alexandre Lenoir fizera em Paris em 1795, com a abertura do Musée des Monuments Français no Ancient Palais du Trocadéro, sob o mote da salvaguarda da arte pública. Projecto que é colocado em prática, tendo como matriz de orientação inicial «(...)a concentração de esforços na divulgação, valorização e protecção da arquitectura, onde o restauro, sob uma faceta teórico-prática, mantém um papel de relevo.» (Soares 2001, vol. I, pag. 130).

São contínuas as diligências que a AAP, a par da defesa do património nacional dedicou a este monumento durante as várias campanhas de obras de adaptação e remodelação do espaço preexistente, de modo a alcançar a funcionalidade pretendida para um eficaz desempenho das actividades desenvolvidas pela sede e museu e efectiva conservação do edifício.

As intervenções que decorreram entre 1865 e os inícios do século XX, embora não tenham sido realizadas ao ritmo desejado, demonstram que a manutenção foi decorrendo e quais as suas principais preocupações em torno da preservação do edifício, procedendo-se às seguintes operações:

«Lavagem de cantaria dos tectos e paredes com eliminação de rebocos das paredes (1865); eliminação das estruturas que entaipam o portal lateral Sul de entrada (1865); Vontade expressa de enquadramento das estruturas dos fechos dos arcos de acesso às capelas colaterais adoptando uma estética neo-gótica consentânea com o ambiente envolvente; Desobstrução do portal principal de entrada para o museu com a preocupação de fazer realçar os colunelos que o decoram, reconhecidos como elementos originais do templo gótico (1876); Criação de um pequeno adro externo e rebaixamento do terreno diante da fachada principal para sua maior valorização (1878); Conclusão da realização do adro com escadas exteriores de acesso às Ruínas e protecção com grade em ferro, fixa a pilares de cantaria (1881); Valorização do portal principal, parte integrante do monumento original, com um eficaz sistema de iluminação para a época, a luz Drummond (1880); Modernização da iluminação nocturna do

mesmo portal com iluminação a gás (1885); Desaterro do entulho existente no interior das Ruínas com a preocupação de deixar em evidência o total embasamento das colunas das naves (1876/1878); Preocupação em pavimentar parte do interior das Ruínas, facilitando a circulação interna no museu e permitindo uma melhor manutenção conservativa da muralha do Carmo (1878); Colocação de vidros encaixilhados nas frestas e janelas (1872); Obras de conservação das abóbadas e terraços (1871/1879) – O acesso do público aos terraços da abside, “miradouro” privilegiado sobre a cidade, manteve-se em discussão e prolongou-se pelo século XX. Este terá sido concedido em situações pontuais e certamente para convidados especiais,» (...) como no «momento de inauguração do Monumento a D. Pedro IV, 29 de Abril de 1870; Luta pela posse do Corredor do Carmo, passagem exterior a Sul do monumento, que permitiria o mais fácil acesso às Ruínas (através do Portal lateral Sul, para o que se apela à eliminação da estrutura que o mantém entaipado). Em 1900 é considerado, pela Associação, como zona envolvente, devendo ela também ser incluída no perímetro do antigo templo pois nele se encontrava um cruzeiro que pertencia ao adro da Igreja de Santa Maria do Carmo de Lisboa; Preocupação constante com a possibilidade de cobertura das naves para melhor conservação da mole arquitectónica exposta às intempéries e aperfeiçoamento das condições museológicas (1865/1881).» (Soares, 2001, p.154-156).

Estes trabalhos foram custeados na sua maioria, pelo Ministério das Obras Públicas do Reino e pela Câmara Municipal de Lisboa, destacando-se também algumas acções de dádiva régia, visto que, a AAP não auferia de recursos financeiros suficientes para assegurar a manutenção do edifício.

O Museu era, assim, inicialmente, um museu de “salvados do património”, constituído por elementos arquitectónicos e escultóricos fora do seu contexto original, mais ou menos amontoados na parte coberta e na nave da antiga igreja, misturados com uma série de artefactos arqueológicos e etnográficos, réplicas em gesso, maquetas, gravuras, e fotografias, e até animais empalhados, que se aproximavam mais de um gabinete de curiosidades setecentista do que de um museu. Havia, no entanto, já uma certa preocupação didáctica, incluindo também uma secção de materiais e técnicas de construção, plenamente justificada por ser parte integrante de uma associação fundada por



Fig. 5
Parte descoberta do MAC
em finais do séc. XIX.
AF/AAP. Reprod. J. Pessoa

arquitectos, em luta constante com falta de espaço e com os problemas inerentes a um edifício em ruínas, resgatado de utilizações indignas, mas desprovido das condições ideais para a sua nova funcionalidade.



Fig. 6
Antiga capela-mor, c. 1880.
AF/AAP. *Reprod. J. Pessoa*



Fig. 7
Sala principal do MAC, c. 1880.
AF/AAP. *Reprod. J. Pessoa*

INTERVENÇÕES DA RAACAP

Ao longo de três décadas de presidência, tantas foram as intervenções de Possidónio e da Associação que em boa hora decidiu criar, em defesa do património cultural do país, que seria impossível e deslocado enumerá-las todas aqui. Destacam-se, assim, o resgate das Ruínas da antiga Igreja do Carmo, que se encontravam no mais revoltante estado de degradação, para aí instalar o primeiro museu arqueológico do país, logo em 1864; a publicação regular de uma revista de grande qualidade, em que eram tratados os mais diversos assuntos de carácter arquitectónico e arqueológico, distribuída gratuitamente pelas principais bibliotecas públicas; a criação de uma vasta rede de correspondentes nacionais e estrangeiros, através dos quais a Associação se mantinha informada acerca do que de mais importante acontecia no país e no mundo, em matéria de património, adquirindo grande projecção, a nível nacional e internacional; a participação em inúmeros congressos e exposições internacionais; a elaboração da primeira lista de imóveis a classificar como Monumentos Nacionais (1881); a participação nos vários órgãos consultivos que foram sendo criados no Ministério das Obras Públicas; enfim, a criação do primeiro “Curso Elementar de Arqueologia” que se realizou no país (1885) e que em 1890 chegou a ter 32 alunos, um número muito apreciável, para uma época em que esta disciplina ainda estava a dar os primeiros passos (Arnaud 1999).



Fig. 8
Alunos do Curso
Elementar de Arqueologia,
1885.
AF/AAP. *Reprod. J. Pessoa*

Todas estas realizações permitiram afirmar a Associação como a mais respeitada e influente instituição patrimonial do país, em finais do século XIX.

Em suma, Possidónio da Silva não se limitou ao acto fundador: foi durante mais de 30 anos o corpo e a alma da RAACAP, que assim conseguiu sobreviver às fases mais críticas da Monarquia Constitucional, dilacerada pelas suas próprias contradições, e transmitir quase na íntegra o seu importante legado ao século XX, preparando em larga medida o terreno para a concretização da política patrimonial da 1ª República.

CONDE DE S. JANUÁRIO

Após o falecimento do seu fundador, passou a presidir aos destinos da Associação o Conde de S. Januário, um ilustre militar, diplomático e político, que já exercia as funções de Vice-Presidente desde há vários anos. Detentor de um curriculum vitae absolutamente extraordinário, quer como militar, quer como administrador público, na Metrópole e nas antigas colónias, e ainda como diplomata, no Oriente e nas Américas, este homem, de elevada craveira intelectual, havia sido eleito sócio efectivo em 1873, quando ainda desempenhava as funções de Governador de Macau e Timor, onde reforçou a soberania portuguesa e criou importantes infra-estruturas.

Durante a sua estadia no Oriente, como Ministro Plenipotenciário junto das Cortes da China, Japão e Sião (actual Tailândia), foi um dos primeiros ocidentais a visitar as ruínas de Angkor, que estudou em pormenor, descrevendo com o rigor do notável engenheiro militar que era, a organização do espaço, a arquitectura, os materiais e técnicas de construção, e a rica e complexa ornamentação do que ainda é hoje um dos mais importantes sítios arqueológicos do Mundo, estudo esse que sintetizou num trabalho publicado em vários números da revista da Associação (S. Januário, 1876-1877). Este interesse pela Arqueologia seria reforçado pela notável missão de diplomacia económica que desenvolveu nos anos seguintes nas emergentes repúblicas sul-americanas, de onde trouxe uma notável colecção de múmias e artefactos pré-colombianos, a maior parte das quais viria a oferecer



Fig. 9
Retrato do Conde de S. Januário, Félix da Costa, início do séc. XX, óleo sobre tela.
AF/AAP. Reprod. H. Ruas.

à Associação, em cujo Museu ainda se encontram expostas, não deixando ninguém indiferente.

A eleição para Presidente de tão notável personalidade, mostra bem o prestígio que esta Associação tinha granjeado junto das elites intelectuais do país. O seu mandato, embora de curta duração, foi marcado por importantes melhoramentos realizados no MAC. Com efeito, ainda conseguiu fazer reverter o seu elevado estatuto e influência em benefício da Associação e do seu Museu. Assim, logo em 1897, obteve do Ministério das Obras Públicas a promessa de realização das obras de conservação e remodelação do edifício histórico do Carmo, com o apoio do Conselheiro Augusto José da Cunha

(1834-1919), então Ministro da Fazenda, que desbloqueou as verbas necessárias para o efeito. Este ilustre conselheiro e eminente homem de Estado foi nesse mesmo ano, após o termo das suas funções governativas, eleito Sócio Benemérito, como reconhecimento por esse relevante serviço prestado à RAACAP. Mais tarde, viria a suceder ao próprio Conde de S. Januário como Presidente da RAACAP, cargo que desempenhou entre 1901 e 1909.

O MUSEU DO CONDE DE S. JANUÁRIO E DE GABRIEL PEREIRA

A concepção de novos projectos para abrigar este espaço e a sua crescente colecção, continua a processar-se durante o século XX. Entretanto, em finais da última década do século XIX e princípio do novo século, o Museu sofre notáveis remodelações: “Ultimamente, devido à influência do actual presidente, sr. Conde de S. Januário, o Museu teve grandes melhoramentos, podendo afirmar-se que oferece um conjunto de elementos de estudo muito apreciável, e n’uma instalação digna.” (Pereira, 1898). Supõem-se que este empenho do Conde de S. Januário já se faria sentir desde a sua vinculação à AAP em 1873, sedimentado pelo seu carácter influente, mas só vem a evidenciar-se com a reorganização da exposição permanente do Museu. Nesta época as salas do museu passam a ser designadas por um título que, no caso da actual sala 1, correspondia ao nome do arquitecto Afonso Domingues, por ser dedicada à memória deste, a qual se encontrava destinada a expor amostras de materiais arquitectónicos e de construção (mármore, granitos, cal, tijolo, areia, cimento, entre outros), para que estes assim fossem divulgados entre os interessados de forma construtiva e didáctica. Na sala dedicada a Joaquim Possidónio da Silva (sala 2 actual), eram exibidas algumas das peças da colecção consideradas mais importantes, como a réplica do túmulo de D. Nuno Álvares Pereira elaborada em madeira pós-terramoto de 1755, quatro placas de alabastro que representam os Passos da Paixão de Cristo, a escultura de Nossa Senhora da Baía (peças que ainda hoje fazem parte do acervo do MAC), e alguns modelos de “elegantes sobreportas” (Pereira, 1898, p.142) e decalques de baixos-relevos egípcios em gesso, que entretanto se perderam, dada a sua fragilidade. A antiga capela-mor foi consagra-

da à figura do fundador do edificio, D. Nuno Álvares Pereira, e nela se encontravam expostas várias colecções de azulejos “bellos exemplares, de varias edades e proveniencias” entre eles “arabes, hespanhoes e hollandeses ao lado de uma riqueza infinita de (...) nacionaes.” (Pereira, 1898, p.143), duas múmias peruanas, uma colecção de faianças de origem portuguesa e francesa e fotografias de vários monumentos portugueses, as quais constituem o primeiro levantamento fotográfico dos mesmos. Ao estimado protector real da AAP, D. Fernando II, foi dedicado o espaço que hoje é ocupado pela sala 4, onde se expunha o seu busto, os retratos dos sócios fundadores da AAP, o de D. Maria Pia, o do Conde de S. Januário, o de D. Pedro II (imperador do Brasil) e vários artefactos pré-históricos e desenhos “dos principaes achados em Portugal”. (Pereira 1898, p.142). A actual sala 5 foi designada sala André de Resende, e aí estava reunido espólio vário pertencente ao período romano, constituído pelo Sarcófago das Musas e alguns mosaicos, lápides, ânforas e marcos miliários. Nesta sala figuravam ainda uma réplica em gesso de um púlpito quinhentista de Santa Cruz de Coimbra, que decerto se perdeu, e maquetas de monumentos da antiguidade clássica, adquiridas por Possidónio da Silva, e ainda existentes.



Fig. 10
Maqueta do Templo
de Minerva, fins do
século XIX.
AAP/MAC
Foto J. M. Arnaud / AAP

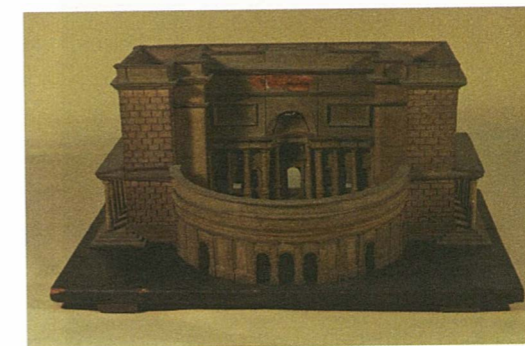


Fig. 11
Maqueta do Teatro de
Pompeia, fins do século
XIX, Madeira.
AAP/MAC
Foto J. M. Arnaud / AAP

Com esta reorganização do seu acervo, na viragem do século, feita sob a orientação do seu experiente Conservador, Gabriel Pereira, o Museu Arqueológico do Carmo deixa para segundo plano o seu cariz de “museu de salvados”, no qual o património era acolhido para não ser destruído, para poder acentuar o seu carácter educativo e pedagógico, que tinha como objectivo inculcar conhecimento aos seus visitantes através da exibição de maquetas, gessos, fotografias, desenhos e gravuras que replicavam edifícios e esculturas da antiguidade, de legendas pormenorizadas identificando as peças expostas, de visitas guiadas às salas do museu, a sítios arqueológicos, de cursos de arqueologia e organização de exposições temporárias, sobretudo durante a 1ª República.

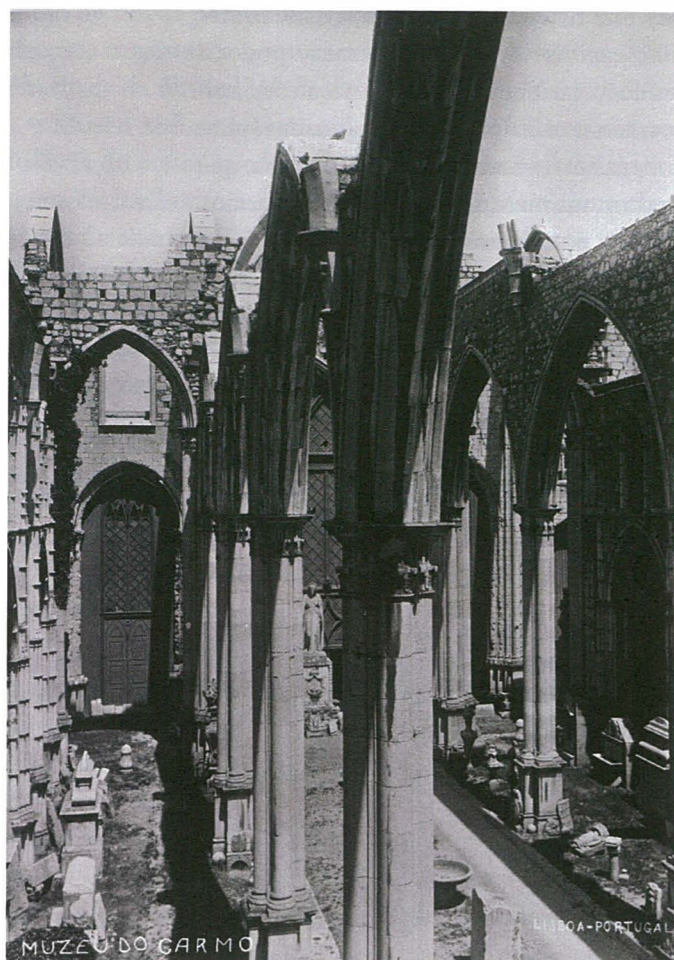


Fig. 12
Perspectiva das naves
da antiga igreja do Carmo,
em finais do séc. XIX.
AH/CML. N73740

PRINCIPAIS TEMAS EM DEBATE

As actas das Assembleias Gerais e das reuniões do “Conselho Facultativo”, órgão executivo desse período, revelam a diversidade de preocupações da RAACAP e dos seus membros mais activos, no que respeita à defesa e valorização do património. Os apelos aos ministérios do Reino, da Fazenda Pública, ou das Obras Públicas no sentido de serem realizadas obras de conservação e beneficiação do próprio monumento e do Museu nele instalado, são também uma constante, devido às infiltrações pluviais, e a todas as patologias próprias de um edifício com 600 anos, fortemente afectado pelo terramoto e pela incúria humana.

Adães Bermudes, na Assembleia Geral de 28/11/1897, apresenta uma série de propostas, que foram remetidas para a Secção de Arqueologia, entre as quais se destacam as de elaboração de um projecto de lei impedindo ou dificultando a exportação de objectos de arte; de nomeação de um sócio correspondente em todas as localidades onde houvesse monumentos nacionais a conservar; de se “oficiar às estações competentes pedindo que dêem entrada no Museu da Associação todos os objectos de valor artístico e arqueológico em risco de deterioração ou desaparecimento”. Na sequência desta última proposta, deram entrada no MAC nos anos seguintes diversas obras de arte de grande qualidade, a maior parte proveniente de antigos conventos e mosteiros afectos a fins militares, desde 1834. É o caso dos catorze painéis de azulejos representando os passos da Paixão de Cristo, e de diversos elementos arquitectónicos decorados, provenientes do Mosteiro de Chelas, remetidos pelo Ministério da Guerra em 1898, das lanternas provenientes do antigo Mosteiro de S. Bento, remetidas pela Câmara dos Deputados, e de tantas outras de menor relevo.

Adães Bermudes apresentou ainda uma proposta de estudo de um regulamento para a limpeza e conservação dos edifícios antigos e modernos, remetida à Secção de Construção (Dias 1904, p.35). É também interessante referir uma proposta de Rosendo Carvalheira no sentido de a comissão especial criada para tratar do estado dos monumentos fazer um apelo aos fotógrafos nacionais pedindo-lhes cópias dos monumentos artísticos que pudessem fotografar. A maior parte destas propostas chegou a ser concretizada nos anos seguintes, mostrando o prestígio que a RAACAP gozava junto dos poderes públicos, mercê do seu vasto curriculum ao serviço da colectividade e do bem público.

A QUESTÃO DA CIRCULAR SOBRE O ESTADO DOS MONUMENTOS

Uma das mais importantes iniciativas tomadas pela RAACAP no final do século XIX foi o lançamento de uma “circular” a todas as entidades do país sobre a necessidade de salvaguardarem os “monumentos pátrios”. Na sequência de uma viagem ao Minho de Rosendo Carvalheira (1863-1919), este arquitecto mostrou a sua extrema indignação pelos actos de vandalismo que testemunhou em “notabilíssimos monumentos artísticos, principalmente de arquitectura do século 12º”, tais como S. Salvador de Bravães, S. Pedro de Rates, e tantos outros, perante a completa indiferença das entidades responsáveis, propôs que a RAACAP “prossiga nos esforços que energicamente encetou o seu presidente Possidonio da Silva, ao qual se deve uma insistente propaganda em favor da conservação dos principais monumentos do Paiz”, dirigindo uma circular a todas as entidades oficiais, no sentido de as sensibilizar para a patriótica missão da conservação dos seus monumentos históricos e artísticos. Esta posição foi de imediato apoiada com veemência pelo arquitecto Adães Bermudes, tendo o então Vice-Presidente e fundador da RAACAP, Valentim José Correia, tomado uma posição mais moderada, pedindo ao autor desse verdadeiro libelo a favor dos monumentos pátrios que passasse a escrito as suas propostas, para poderem servir de base à discussão. Esta matéria foi com efeito discutida na Assembleia Geral de 7 de Novembro de 1897, presidida pelo Conde de S. Januário. Durante essa sessão não deixa de ser interessante verificar a existência de duas correntes, a mais radical, de jovens arquitectos ligados ao partido Republicano e fortemente influenciados pelas teorias e práticas de Viollet-le-Duc (então considerado por Carvalheira como “o maior artista e pensador d’este século”) que pretendiam que a Associação assumisse uma posição autónoma e independente dos poderes públicos, e uma outra, mais moderada, defendida pelo Presidente, Conde de S. Januário, pelo Vice-Presidente, Valentim José Correia, e por Sousa Viterbo, no sentido de se procurar, por todos os meios, evitar melindrar a Comissão dos Monumentos Nacionais ou qualquer outra colectividade, considerando ainda Sousa Viterbo (ao contrário de Carvalheira e Bermudes), que “a restauração de edifícios monumentais “ só em casos excepcionalíssimos dever ser feita” (cf. Boletim da RAACAP Tomo VII, nº12, 1897, pags.179-184).

Estas polémicas mostram bem que a RAACAP, que fora precursora em Portugal das questões patrimoniais, estava no centro dos grandes debates sobre filosofias de intervenção no património que passaram para o século XX.

A QUESTÃO DO ASCENSOR E DO PORTAL SUL

Além das obras no próprio edifício do Carmo, outra questão que suscitou grande preocupação aos dirigentes associativos, na viragem do século, foi a da construção do elevador de Santa Justa e do acesso ao portal Sul da antiga igreja. Com efeito, a velha polémica da propriedade do antigo adro existente junto ao portal sul, cujo cruzeiro ainda se pode ver numa fotografia, anterior à construção do elevador (que suscitara queixas da RAACAP, logo nos primeiros tempos da sua existência, devido ao facto de o único acesso ao interior do monumento, quando este foi entregue à Associação, ser através do portal Sul, pois o portal Oeste estava ainda em grande parte aterrado), viria a ser reaberta, em Assembleia Geral de 20 de Julho de 1900, convocada pelo Conselho Facultativo, para analisar as eventuais consequências da construção do novo ascensor do Carmo, sobre o edifício histórico do Carmo.

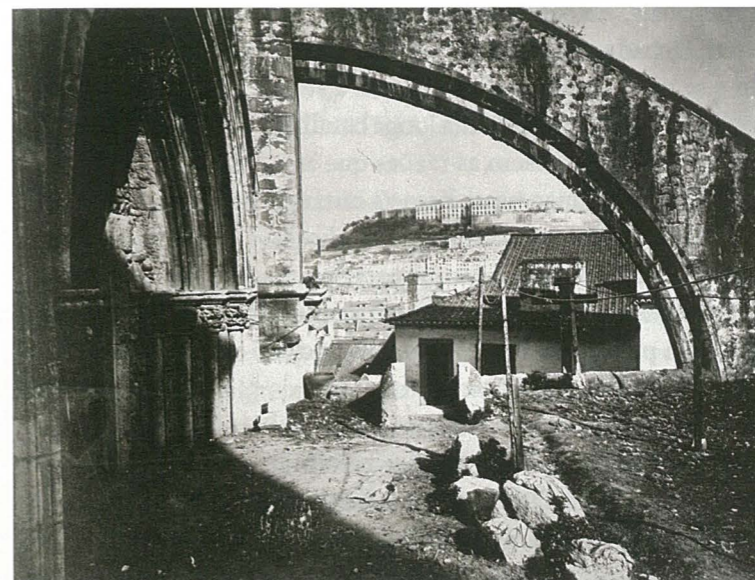


Fig. 13
Portal Oeste do Carmo,
fins do século XIX.
Mário Novaes / AF / CML

O assunto causou aceso debate, tendo os arquitectos Costa Godolphim e Rosendo Carvalheira defendido que a questão dos eventuais prejuízos da construção do ascensor era extemporânea, devendo ter sido abordada sete anos antes, e não naquela altura, quando a concessão já estava consumada e os trabalhos de construção iniciados, tendo este último proposto que “se façam convergir todos os esforços para reivindicar a posse do terreno do lado sul da igreja, terreno que foi, conjuntamente com o edifício, entregue á guarda d’esta Associação” (Boletim da RAACAP, IX, 4ª série, nº1, 1901, p.6-8). Por sua vez, Justino Ganhado, que havia suscitado a questão em sede de Conselho Facultativo, esclareceu que a sua preocupação não era que o ascensor viesse prejudicar a solidez do monumento, mas no sentido de se providenciar “para que um cruzeiro, um arco botante e uma porta monumental, que se encontram por onde deve passar o ascensor não fossem d’algum modo deteriorados por esta nova construção” (Boletim da RAACAP, IX, 4ª série, nº1, 1901, p.7). Esclarecidas estas questões, foram lidos os documentos relativos à questão da posse do terreno envolvente do portal Sul. Esta questão seria ainda objecto de discussão nas Assembleias Gerais de 2 de Agosto, 9 de Novembro, e 29 de Dezembro de 1900, nas quais se deram conhecimento aos associados das diversas diligências feitas junto da Câmara Municipal de Lisboa, dos Ministérios do Reino e das Obras Públicas e da Comissão Executiva dos Monumentos Nacionais, no sentido de conseguir “o desentaipamento da porta lateral, fachada sul, do mesmo edifício, por isso que é pertença do Estado e se trata de restabelecer por ali a serventia do nosso Museu” (idem, ibidem, p. 13). Após uma longa batalha junto destas entidades, que embora reconhecessem as razões que assistiam à RAACAP, iam empurrando o assunto umas para as outras, os esforços associativos, em defesa de um património que, embora afecto aquela Associação, a todos pertencia, foram só em parte bem sucedidos. Com efeito, o dito portal Sul acabaria por ser desentaipado, mas em grande parte obstruído pelo passadiço de acesso ao elevador, construído mesmo junto ao portal gótico deste monumento.

O decorrer dos tempos viria demonstrar que o impacto da construção do ascensor até tinha sido positivo, ao criar uma nova acessibilidade, mas a AAP nunca se conformou com o facto de o portal Sul ter sido obstruído pelo passadiço de ligação entre o elevador e o largo do Carmo, situação em grande parte minimizada pela construção pela

Carris, em 2001, de um novo passadiço, em metal, muito menos obstrutivo que os anteriores, mas que se espera ver finalmente resolvida com a execução do projecto de reordenamento da zona envolvente do Carmo, da autoria de Siza Vieira (2013).

Outra importante área de intervenção da breve, mas relevante, presidência do Conde de S. Januário, foi a da representação e participação da RAACAP nos organismos responsáveis pela elaboração e aplicação da legislação sobre os monumentos nacionais, área em que tinha sido precursora, quando, em 1881, foi elaborada sob os seus auspícios a primeira lista de imóveis a classificar, por uma Comissão presidida por Possidónio da Silva. Porém, a classificação dos primeiros monumentos nacionais só viria a concretizar-se, como já foi referido, em 1907.

No final do século, meses antes do falecimento do Conde de S. Januário, a RAACAP podia fazer um balanço muito positivo. Encontrando-se o Museu reorganizado, sob a orientação do seu ilustre conservador, Gabriel Pereira (Pereira, 1900), estando em vias de conclusão as obras de remodelação do edifício histórico do Carmo, conseguido o saneamento financeiro, renovada a equipa de sócios com novos e activos elementos, e reforçada a rede de correspondentes, esta prestigiada Associação, com os seus 134 sócios (sendo 47 efectivos, 5 beneméritos, 10 honorários, 54 correspondentes nacionais e 21 estrangeiros) estava pronta para encarar com algum optimismo os desafios do século XX.

A QUESTÃO DA RECONSTRUÇÃO DA ANTIGA IGREJA

Em 1905, já sob a presidência do Conselheiro Augusto José da Cunha, levantou-se uma questão de potencial gravidade, para a Associação e o seu Museu: uma proposta de reconstrução da antiga Igreja do Carmo, apresentada à imprensa (Jornal as Novidades de 27 de Abril e Diário de Notícias de 5 de Maio de 1904) por uma “comissão de devotos” que pretendia reconstruir a igreja e voltar a coloca-la ao culto, como forma de comemorar o “50º aniversário do dogma da Imaculada Conceição”, o que implicaria a expulsão da Associação e a desmontagem do seu Museu, foi prontamente contestada pela generalidade dos sócios, com especial veemência pelo Conde de Sabugosa, que fez lavrar na acta a seguinte declaração:

”Em princípio [afirmou] detesta e abomina todas as restaurações; ignora mesmo o que significa a palavra restauração aplicada a um monumento. Restaurar o que foi destruído por um terramoto ou por um cataclysmo, ou por outras causas, não é muito fácil. Mudam as idéas, mudam os homens, as epochas, as crenças, e a ninguém ocorre o pensamento de restaurar o Parthenon de Athenas, ou o Coliseu de Roma. O monumento do Carmo está bastante neste caso. Ainda que haja architecto, archeologo ou engenheiro dos mais distintos que se encarregue da sua construção, não é possível de maneira nenhuma tornar-se ao tempo de Nun’Alvares Pereira. O facto de demolir umas ruínas tão lindas no meio da cidade, ruínas que teem tantas tradições como estas e convertel-as n’uma igreja moderna, em lugar de constituir uma prova de veneração pela memória do Condestável, em vez de representar um sentimento de esthetica, não passa de um vandalismo” (Acta nº 2 da Sessão de 5 de Maio de 1904, transcrita no Tomo X – nº1 Quarta Série, Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses, Lisboa, p.16-17).

Esta firme posição do Conde de Sabugosa mostra a opção pela escola anglo-saxónica de Ruskin de conservação do património arquitectónico, em contraste com a escola francesa, inspirada em Viollet-le-Duc, que viria a ser adoptada, anos mais tarde, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na maior parte dos monumentos nacionais, embora sem a base histórica e arqueológica e a qualidade estética daquele famoso architecto francês (Viollet-le-Duc, 2002).

Posição idêntica tomou o Visconde da Torre da Murta, criticando o facto de a comissão promotora de tão surpreendente iniciativa não ter consultado previamente a Associação, pondo ainda em dúvida a viabilidade técnica e financeira da pretendida reconstrução. Chamou também a atenção para a gravidade do facto de, mesmo que fosse possível reconstruir a igreja para comemorar o dito dogma da Imaculada Conceição, isso eclipsaria todas as tradições que ao mesmo edifício estão ligadas, além de configurar uma tentativa de apossar-se da sede do Museu, e pôr fora a nossa Associação, sem a mínima consideração ou deferência para com a mesma. Propôs assim um firme protesto, concluindo que “... o publico o apreciará com a sua natural imparcialidade e bom senso e fará justiça a quem de direito competir...” (Boletim da RAACAP, 1904, p. 18 e 19).

Este protesto foi aplaudido por unanimidade, tendo-se nomeado uma “comissão incumbida de redigir uma “representação” aos

poderes públicos relativa ao assunto em debate”, a qual integrava, além do Presidente, alguns dos mais prestigiados e dinâmicos activistas da Associação, tais como Monsenhor Elviro dos Santos, Rosendo Carvalheira, e o próprio Visconde da Torre da Murta.

Já o architecto Adães Bermudes teve uma atitude mais cautelosa em relação à problemática das reconstituições, entendendo que as mesmas são admissíveis, tendo sido praticadas “em todos os paizes cultos”, embora no caso em apreciação entenda que seria absurdo admiti-lo, pelo que não pode deixar de aderir aos protestos, sugerindo que se deva reforçar “na representação se faça sentir ao governo a conveniência de manter na posse d’este edificio a nossa Associação, que tem prestado relevantíssimos serviços ao paiz, e que, invocando esses serviços, não se deixe espoliar do favor que merece”. A concluir, afirma ainda o seguinte:

“Este templo... é um dos mais poderosos motivos de solidariedade. Não nos reuniríamos com tanta satisfação, com tanto entusiasmo e diligência em qualquer outro local. Seria uma profanação invocar o nome do Condestavel para commetter o maior dos vandalismos, o mais odioso dos atentados, que elle próprio condemnaria como patriota que era” (Boletim da RAACAP, 1904, p. 21).

Este interessante depoimento reforça bem a força simbólica que o edificio histórico do Carmo tinha para esta geração de lídimos estudiosos e defensores do património histórico e artístico do país.

A referida “Representação dirigida ao Governo de Sua Magestade”, assinada por 39 dos mais ilustres membros da RAACAP, foi entregue ao Presidente do Conselho de Ministros em 14 de Maio de 1904 pelo Presidente da Associação, Conselheiro Augusto José da Cunha (Boletim da RAACAP, 1904, p. 58-61.).

O certo é que o bom senso acabou por prevalecer, e esse projecto foi abandonado, vencendo assim a Associação mais uma batalha pelo Património, desta vez em defesa da sua própria sede e museu.

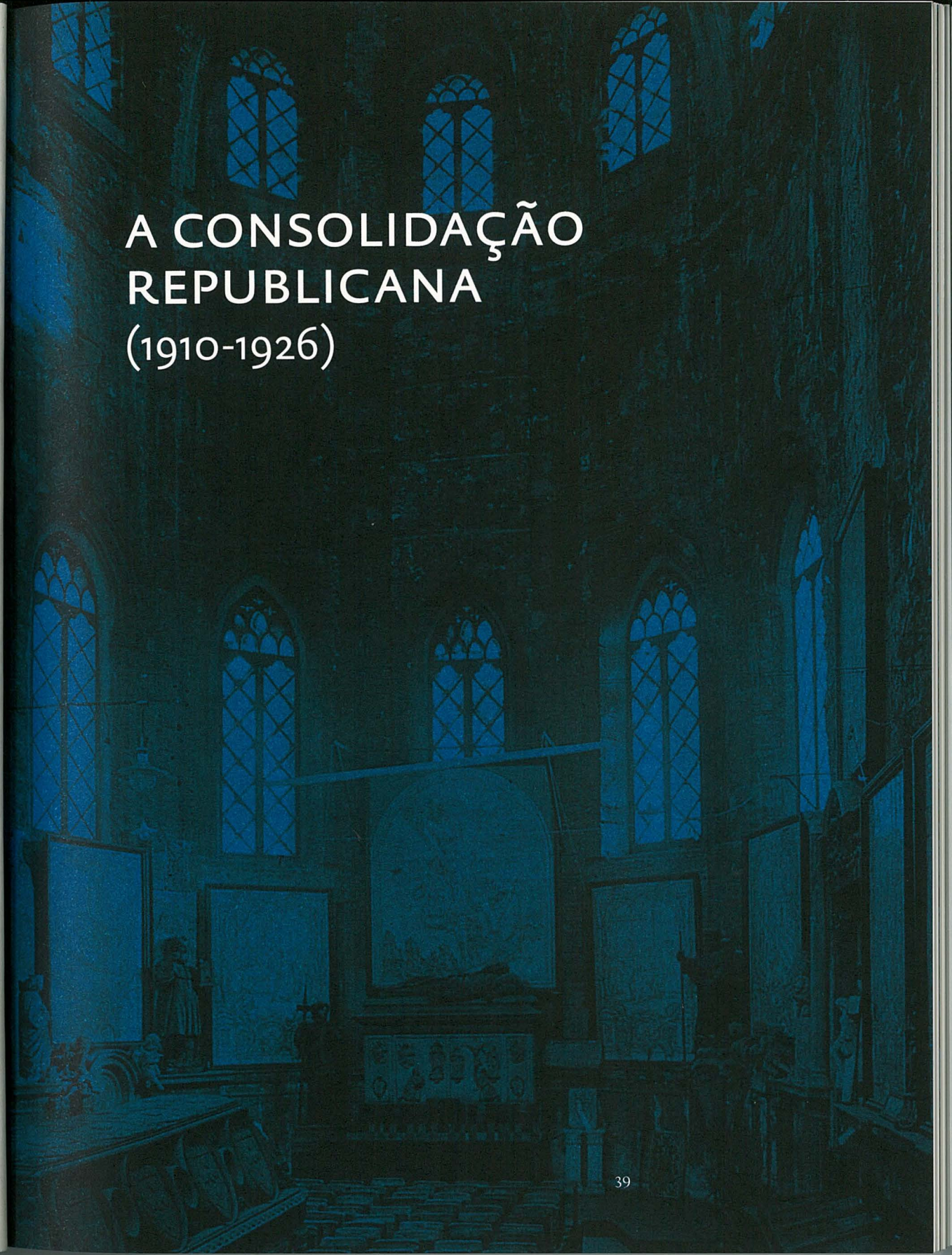
Reflexo do interesse que o renovado MAC despertava entre o público, refira-se que, correspondendo a um pedido de visita gratuita feito pela Academia de Estudos Livres, para assinalar a Batalha de Aljubarrota, o MAC acolheu no dia 14 de Agosto de 1905, mais de 3.000 pessoas, “depois de tomadas as devidas providencias para que a ordem e o decoro fossem mantidos” (cf. Relatório da Gerência do Conselho Facultativo de 1905, Boletim... Tomo X, 4ª série, p.425-427, Lisboa 1905).

A fase final do período monárquico foi marcada por profundas alterações dos Estatutos e Regulamentos, aprovados em 1909, os quais, além de formalizarem a saída dos arquitectos em 1902 para fundarem uma associação estritamente profissional, a Sociedade dos Arquitectos Portugueses, ao que parece “na melhor harmonia”, viria marcar uma profunda rotura com o regime presidencial, de inspiração monárquica, introduzido e consolidado durante o longo mandato de Possidónio à frente dos destinos da Associação que criara. Com efeito, pela primeira vez na sua história, era posta em prática a separação dos poderes representativo, executivo e fiscalizador, ao instituir uma Mesa da Assembleia Geral, com funções de representação institucional e de garantia do cumprimento dos Estatutos e Regulamentos, nomeadamente empossando e demitindo os corpos sociais, admitindo e excluindo sócios, pronunciando-se sobre todos os assuntos que lhe fossem submetidos e sobre todas as questões omissas; uma Direcção, com funções executivas, económicas e administrativas; uma Comissão Revisora de Contas, para se pronunciar sobre as contas apresentadas pela Direcção à Assembleia Geral; uma Junta de Conciliação, para dirimir eventuais conflitos entre sócios; e oito Secções de estudo especializadas, “para tornar mais intenso o movimento científico da Associação” (Estatutos de 1909).

Também é interessante verificar a ocorrência de uma substancial mudança nos fins da Associação, que passam a ser “Estabelecer um centro de reunião para os estudiosos de Arqueologia, aumentar o espírito de confraternidade que entre si devem manter, e promover o estudo da Arqueologia nos seus diversos ramos, desenvolvendo forte corrente de propaganda em favor da conservação dos monumentos e relíquias históricas e artísticas do nosso país” (Estatutos de 1909, Art.º 3º).

Ficam assim consagradas as funções de investigação arqueológica, no sentido mais genérico do termo, e de defesa do património, após a saída oficial dos arquitectos.

Ou seja, estes passaram a dispor de uma instituição própria para tratar dos assuntos da profissão, embora os arquitectos ligados à gestão do património arquitectónico tenham continuado a militar nas fileiras da Associação, vindo a desempenhar um papel de relevo na concepção e execução da política patrimonial da 1ª República.



A CONSOLIDAÇÃO REPUBLICANA (1910-1926)

A implantação da República repercutiu-se naturalmente na vida associativa, mas não provocou qualquer rotura significativa nem nos quadros dirigentes, nem na orientação estratégica adoptada. Na verdade, só o Conde de Sabugosa apresentou a sua demissão, por não querer colaborar com as novas autoridades. Com efeito, como documentam as investigações exaustivas de Jorge Custódio (2011), as políticas patrimoniais ensaiadas durante as últimas décadas do regime monárquico, não só não foram rejeitadas, como até foram consolidadas, graças a uma elite de estudiosos, já ligados à Associação antes de 1910, entre os quais se encontravam destacados adeptos da ideologia republicana, como Adães Bermudes, Arthur Lamas, Gustavo de Matos Sequeira, José Pessanha, José Queiroz, Rosendo Carvalheira e tantos outros, que iriam marcar de forma indelével a vida associativa e a política de património que iria ser seguida durante a 1ª República.

Entre os mais entusiásticos militantes da Associação durante a fase final da Monarquia constitucional e a 1ª República destaca-se Rosendo Carvalheira que, decerto pelos seus notáveis dotes oratórios, foi convidado a proferir uma emotiva evocação de cinco ilustres sócios, na Sessão Solene de 23 de Novembro de 1913, Comemorativa do Cinquentenário da AAP, na presença do Presidente da República, Dr. Manuel de Arriaga, intitulado “Um feixe de Saudades” (Boletim da RAACAP, tomo XIII, 5ª série, nº 3, p.91-113). Desse texto, de fino recorte literário, perpassa bem o espírito que presidia à pequena comunidade de militantes do património que há um século se congregara no Carmo, em torno do ideal da preservação da tradição e dos monumentos históricos, encarados não como um factor de estagnação, mas antes de coesão e progresso social.



Fig. 14

“A Geração de 1913”

Fotografia dos sócios mais activos, por ocasião da Sessão Comemorativa do Cinquentenário da AAP. *Boletim de Architectura e Archeologia*, 5ª série, tomo XIII, nº 2, 1913.

Reprod. J. Pessoa

Em primeiro plano: A. C. Mena Júnior, A. J. Mimoso Roiz, Sarrea Prado, L. F. Albuquerque Bettencourt, Ribeiro Christino, Rocha Dias, D. José Pessanha, Alfredo da Cunha, Ernesto da Silva, Visconde da Torre da Murta, José Queiroz, F. S. O’Sullivan, J. M. Cunha Brandão, Cordeiro de Sousa e Jesuino Ganhado.

Em segundo plano: Affonso de Dornellas, J. A. Soares, Adães Bermudes, J. J. Ascensão Valdez, Rosendo Carvalheira, Virgílio Correia, Gustavo Mattos Sequeira e Alberto de Sousa.

ROSENDO CARVALHEIRA E A “GERAÇÃO DE 1913”

Nenhum texto consubstancia com tanta emoção como este o ideário daquilo a que podemos chamar a “Geração de 1913”. Por isso se transcrevem a seguir algumas passagens mais significativas do mesmo, sugerindo no entanto a sua leitura integral (Carvalheira 1914).

Depois de evocar os padecimentos que a nação sofrera, face às agruras da ocupação estrangeira e das lutas fratricidas que se seguiram, durante a primeira metade do século XIX, Carvalheira evoca a força regeneradora do passado:

“Ferida de morte, exangue, a nacionalidade portuguesa, ao tentar erguer-se da mórbida e fatal prostração em que cahira, lançou os olhos pelo passado fora; e nessa visão retrospectiva de tanta grandeza que fôra, de tanta abnegação e cavalheirismo sepultos, ela, num heroico repellido, invocando uma e outros, resolve, num esforço supremo, regenerar-se e viver!”

Depois de invocar o papel de Herculano e Garrett na denúncia do “vandalismo dominante”, apresenta Possidónio como um “crente devotado”, um “patriota audaz” que “com um núcleo restrito de cren-tes... fundou esta associação que tem sido há meio seculo, a vigilante sentinela, contra tudo o que possa conspurcar ou desvalorizar o nosso tesouro de tradições pátrias e monumentais” (Carvalheira 1914, p.93).

Para Carvalheira “A tradição é a soberana força ancestral dos povos; é o impulso, o exemplo, a lição em que devem firmar-se para manterem os seus direitos... ela tem o poder do rádio, infiltrando as suas emanações através os corpos e o espaço, dando-nos luz e calor, sem que perca uma particula ponderável da sua natureza e valor... Ela ensinou os povos a libertarem-se porque lhes deu a lição da escravidão. Ela ensinou as nações a respeitarem-se, porque lhes deu a lição cruel dos dominadores tiranos que sonharam impérios de usurpação e de domínio universal” (Carvalheira 1914, p.99).

Quanto ao papel da Arqueologia e da AAP, Carvalheira é bem explícito. Embora a considere como um elemento complementar da documentação escrita, dá-lhe grande relevo, destacando a sua “sincera eloquência” e o seu enorme potencial para o conhecimento da vida íntima, dos costumes, vida quotidiana, crenças, “virtudes domésticas e sociais”, “tudo isso [que] só vagamente chega até nós, desvanecido e falseado pela tradição escrita”, afirmando que “Sendo pois a Arqueologia, uma sciencia de reconstituição e constituindo ela, por assim dizer, a alma Mater da historia, todos aqueles que ao seu estudo devotado se entreguem, são beneméritos sacerdotes dum culto de que beneficiam todas as sociedades modernas...É esse culto desinteressado e puro que, neste templo e sob estas ruínas que o tempo entou com a poeira doirada duma linda tradição, cheia de fé, amor e patriotismo, se celebra, com aquela devoção concentrada e piedosa dos verdadeiros e sinceros crentes...” (Carvalheira 1914, p.100-101).

A importância dada ao edifício histórico do Carmo por esta geração de 1913 está bem clara neste trecho do discurso de Carvalheira:



Fig. 15
Presidente Manuel de Arriaga, ladeado por Rosendo Carvalheira, à sua direita, e Gustavo de Matos Sequeira, à sua esquerda, durante a inauguração da Exposição Olisiponense, 1914.
Foto de Joshua Benoliel/AF/CML

“Parece que sob estas vetustas abóbadas, o bom genio alado da Patria nos inspira, fazendo de todos nós irmãos, que se abraçam como que consubstanciados no mesmo ideal comum!

Há um não sei que, de profundamente simples, de profundamente belo, que faz com que todos nós aqui dentro, nos sintamos um pouco melhores do que somos lá fóra!

É isso talvez devido ao facto singelo e simples, de que, todas as vezes que nos congregamos para a realização dos nossos trabalhos associativos, trazemos qualquer tema novo, do sempre velho tema patriótico, cujo fim principal é, invariavelmente, a defeza dedicada e ciumenta do nosso património comum, representado pela tradição dos fastos gloriosos da nossa grande, bella, heroica e idolatrada Patria!” (Carvalheira 1914, p. 98).

PRESIDENTES REPRESENTATIVOS OU EXECUTIVOS ?

Como se referiu atrás, os Estatutos e Regulamentos aprovados em 1909, estabelecendo pela primeira vez de uma forma clara a divisão de poderes representativo, executivo e fiscalizador entre a Assembleia Geral, a Direcção e a Comissão Revisora de Contas, adequavam-se perfeitamente ao quadro republicano. Talvez por isso, se tenham limitado a eliminar o título “Real” da designação associativa, e só em 1918 tenham sido aprovados novos Estatutos e Regulamentos, aliás muito idênticos aos de 1909.

A situação veio, porém a complicar-se com os novos Estatutos aprovados em 1923 e Regulamentos, aprovados em 1925, os quais vieram criar uma estrutura demasiado complexa, e decerto pouco operativa, com um Conselho Dirigente de 27 membros, além de um Conselho Administrativo com cinco membros, um Conselho Redatorial e ainda um Secretário-Geral.

Entre os Presidentes da AAP, no período da I República, destacam-se o General Ferreira Loureiro (1910-1911), que assegurou de forma tranquila a transição da Monarquia para a República, ao ser eleito em Novembro 1909, na sequência da morte do Conselheiro Augusto José da Cunha, tendo exercido funções até ao seu próprio falecimento, em 1911; Alfredo Carneiro da Cunha, Presidente da Assembleia Geral entre 1913 e 1921, sendo Presidente da Direcção D. José Pessanha; e José Leite de Vasconcellos (de 1922-1924), também Presidente da Assembleia Geral, sendo Presidente da Direcção Luís Xavier da Costa, que por sua vez viria a suceder a essa figura de referência incontornável da Arqueologia portuguesa como Presidente da Associação (1925-1927 e 1931-1933), durante o período crítico da “Ditadura” que preparou a instauração do “Estado Novo”.

Esta “dança” dos presidentes reflecte um período de uma certa indefinição e sobreposição das funções representativas e executivas, com a progressiva afirmação destas últimas, em grande parte devido à acção de D. José Pessanha, eleito Presidente da Direcção durante cinco triénios consecutivos (entre 1911 e 1921), tornando-se assim na figura mais influente da AAP durante a 1ª República, apesar do prestígio de presidentes da Assembleia Geral da craveira de um Leite de Vasconcellos (1858-1941), que em 1925 viria em a ser nomeado Presidente de Honra, distinção sem precedentes (nem seguidores) na história da instituição.

D. JOSÉ PESSANHA

D. José Pessanha (1865-1939) estava numa posição ideal para concretizar, na (e com a) Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) a política patrimonial da República. Considerado “um homem da esquerda monárquica, um movimento político que apoiou a revolução republicana”, Pessanha “pertencia à comissão governamental de inventário dos bens dos Palácios Nacionais, fora co-autor do Decreto



Instantâneo de Marques Abreu

J. Pessanha

A D. José Pessanha

Professor Ilustre de história de Arte, historiógrafo e arqueólogo, que tem enriquecido a literatura nacional com valiosos trabalhos de crítica e investigação, tendo sido o continuador do estudo da Igreja moçárabe de Lourosa...

homenagem do Editor.

Fig. 16
D. José Pessanha,
“Instantâneo” de Marques
de Abreu, 1934.
Foto cedida por J. Custódio

de 26 de Maio de 1911, tinha sido nomeado para o Conselho de Arte e Arqueologia da Circunscrição de Lisboa, tinha assento na Comissão dos Monumentos, e ainda fora nomeado para o órgão consultivo superior da Arte Nacional, entre outros cargos de natureza política que o projectaram a nível do país” (Custódio 2010, p.139-140 e 2011, p.27-29).

Se a ascensão de Pessanha e do seu executivo no seio da AAP foi em larga medida propiciada pela alteração do contexto político resultante da implantação da República, a alteração da relação de poderes entre os órgãos sociais associativos já tinha sido em larga medida preparada pelos Estatutos e Regulamentos aprovados em 1909, os quais introduziram a separação dos poderes representativo, executivo e fiscalizador, mais consentânea com a ideologia republicana.

A direcção executiva de D. José Pessanha começou por procurar realizar o saneamento financeiro da AAP, numa época de grande instabilidade económica, organizar a biblioteca, e mobilizar os sócios para a participação nas actividades das seis secções de estudo. No entanto, a vida associativa continuou a ser mais orientada para a defesa e valorização do património arquitectónico do que para a investigação arqueológica. Com efeito, apesar da criação em 1902 da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, com reflexos nos Estatutos de 1909 da AAP, que marcam a saída oficial destes profissionais e a alteração da própria designação da Associação, o património construído continuou a ser a principal preocupação. Nesse sentido, foram organizadas visitas de estudo a diversas zonas do país, particularmente ricas em monumentos, como Santarém, Évora e Tomar, através das quais se procuraram mobilizar as forças vivas locais para a necessidade de valorizarem o seu próprio património, numa perspectiva descentralizadora, com o apoio da massa crítica acumulada pela AAP, que conseguiu congrega um pequeno, mas muito qualificado e activo grupo de especialistas nesta matéria, já acima referidos.

Em consequência daquelas visitas foram criados o Grupo Pró-Évora (1919), e a Comissão de Salvação dos Monumentos de Santarém (1916-1933). A criação desta última mostra que o rico património arquitectónico daquela cidade ainda se encontrava muito abandonado, tal como acontecia meio século antes, quando Possidónio salvou de destruição vários túmulos medievais, acolhendo-os no MAC. Essa Comissão e o excelente relacionamento que manteve com a AAP, é também a prova que já se desvanecera entre as elites locais, a desconfiança e o ressentimento em relação a esta Associação e que a situação do que ainda restava do outrora riquíssimo património escalabitano pouco se teria alterado desde a fundação da AAP, meio século antes.

Quanto à cidade de Tomar, a União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, criada em 1918, por impulso do Coronel Garcez Teixeira, tinha por objectivo o resgate e a valorização do Convento de Cristo, em grande parte arruinado, e projecta-lo a nível nacional e internacional. Com efeito, esta autêntica jóia da arquitectura portuguesa, encontrava-se então num estado lastimoso.

A fim de consolidar a sua esfera de intervenção em defesa do património, a nível nacional, a AAP procurou então actualizar e renovar a extensa rede de correspondentes, espalhados por todo o país, que

Possidónio criara. Note-se que, desde a fundação até ao final da 1ª República, a AAP já admitira mais de 250 sócios correspondentes nacionais, 150 dos quais, admitidos já no século XX, estariam decerto ainda activos. Estes sócios, residentes fora da capital, tinham como missão comunicar situações de abandono e destruição do património ocorridas nas respectivas localidades. Esta forte implantação da Associação a nível nacional e regional foi uma das pedras base do sucesso e da efectividade da sua intervenção em defesa do património arquitectónico, mas também arqueológico e artístico, substituindo-se, em larga medida, à intervenção dos próprios organismos estatais, ainda em estado incipiente, demonstrando bem a estreita ligação entre património e cidadania, em que a RAACAP havia sido precursora.

Além das visitas de estudo a cidades em que havia grandes concentrações de monumentos históricos em risco de destruição, a AAP participou também em inúmeras acções junto das entidades oficiais, a partir de informações enviadas com regularidade pelas dezenas de sócios correspondentes espalhados por todo o país.

Durante este período, uma das preocupações fundamentais da AAP foi a defesa dos pelourinhos, cruzeiros e pedras de armas, por vezes alvo de acções de vandalismo, por serem considerados símbolos do poder e da repressão da aristocracia e do clero.

Os pelourinhos e cruzeiros haviam já sido objecto de estudo ainda durante a monarquia, por Sousa Viterbo (1904). Quanto às pedras de armas, o MAC dispõe sem dúvida da melhor colecção que existe no país – cerca de 100 exemplares - muitas das quais terão dado entrada devido à legislação restritiva da sua ostentação, e do imposto criado para o efeito, embora não haja muitos dados sobre o assunto.

SALVE-SE A TORRE DE BELÉM !

Uma das principais iniciativas de defesa do património decorreu em torno do que é hoje um dos mais emblemáticos monumentos da cidade de Lisboa e do país: a Torre de Belém.

Com efeito, no início do século XX, mesmo junto à Torre de Belém, havia sido instalada uma fábrica de gás, o que além de prejudicar o enquadramento visual, punha em sério risco de destruição esse singular monumento, caso ocorresse alguma explosão.

Goradas que foram as negociações para que a fábrica fosse deslocada para mais longe, na sequência de iniciativas desenvolvidas pela Comissão dos Monumentos e da própria Câmara Municipal, a AAP, perante a inércia e inoperância das entidades oficiais, lançou em 1918 um movimento popular em defesa da Torre de Belém, tendo mandado imprimir e distribuir cartazes alusivos, e “abaixo-assinados” por todo o país, presumindo Jorge Custódio (2013) que tenham sido recolhidas cerca de 20.000 assinaturas. A julgar por algumas folhas desse abaixo-assinado, que não terão chegado a ser entregues a quem de direito, existentes no Arquivo Histórico da AAP, com indicação do local de

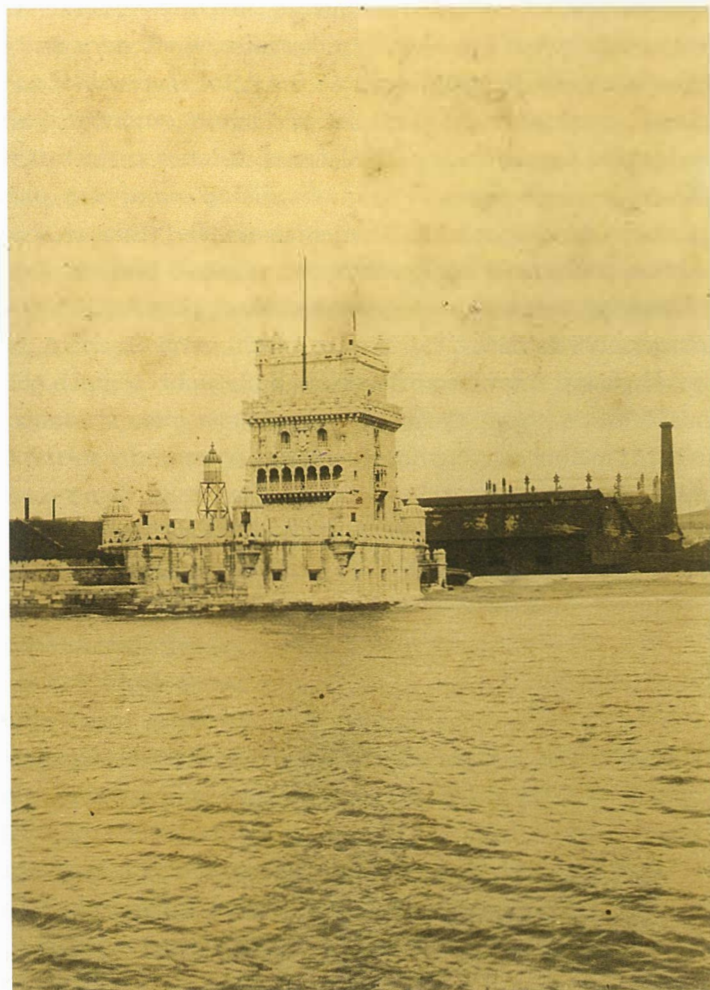


Fig. 17
Torre de Belém cerca de 1922, vendo-se ao fundo a Fábrica da Companhia Gás de Lisboa.
Foto de Monteiro Lima, cedida por J. Custódio

residência e da profissão, tratou-se de um movimento verdadeiramente popular, abrangendo todo o país e todos os estratos sociais. Mas a intervenção cívica da AAP em defesa do património do país desenvolveu-se sobretudo através da sua participação na Comissão dos Monumentos da 1ª Circunscrição Artística (1911-1926) (Custódio 2011 e 2013). Essa participação foi assegurada, numa primeira fase, por Rosendo Carvalheira, Vice-Presidente da Direcção, e um dos sócios mais activos e entusiastas na defesa do património pátrio e da própria Associação, conforme se documentou no capítulo anterior.

O impacto positivo da intervenção de Carvalheira nessa Comissão resultou não só da consistência teórica das suas posições, mas também da sua aplicação prática, muito facilitada pelo facto de ser um quadro superior do Ministério do Fomento, organismo responsável pela atribuição de fundos para o desenvolvimento do país.

Após o falecimento de Rosendo Carvalheira, ocorrido em 1919, a representação da AAP na Comissão foi assegurada sucessivamente por três outros distintos sócios, José Queiroz, Felix Alves Pereira e Francisco Garcês Teixeira. Este último, graças à sua longa experiência de engenheiro e inspector dos Monumentos Militares, teve um papel de grande relevo até à extinção da Comissão, ocorrida logo após o golpe de Estado do 28 de Maio de 1926, que viria a por termo à 1ª República (Custódio, 2013).

OBRAS, MUSEU E EXPOSIÇÕES DURANTE A 1ª REPÚBLICA

A nível interno, a gestão de D. José Pessanha preocupou-se, como era natural, em primeiro lugar, com o próprio edifício histórico do Carmo, um vasto repositório de patologias, acumuladas ao longo de mais de 500 anos, sobretudo desde o Terramoto de 1755, agravadas por uma utilização por completo inadequada à natureza do edifício, sobretudo após 1834, quando passou a ser o palheiro (parte coberta) e a estrumeira do quartel da então Guarda Municipal instalado no antigo convento do Carmo.

As obras pretendidas tinham por objectivo sobretudo assegurar a conservação do próprio edifício e a sua utilização como museu, consolidando os arcos da nave e abóbadas das capelas absidais, canalizando as

águas pluviais nas naves e no transepto, e construindo e conservando os pavimentos das capelas, e foram em grande parte realizadas em dois períodos, entre 1910-1912, e entre 1914-1916. Outros aspectos, inicialmente previstos, como a construção de uma estrutura em ferro e vidro, na ala Sul da nave, para proteger os túmulos que aí se encontravam, a céu aberto, acabaram por não se concretizar, tendo-se optado por colocar esses túmulos na antiga capela-mor. Também nunca chegou a concretizar-se a ligação entre as capelas e os terraços da cobertura, através da torre do relógio, que, embora atribuída à AAP em 1864, por portaria ministerial, nunca chegou a ser entregue, por a Guarda Municipal, primeiro, e a Republicana, depois, nunca terem deixado de a utilizar.

No que respeita ao Museu propriamente dito, o principal melhoramento introduzido durante a 1ª República parece ter sido a colocação dos túmulos medievais nas antigas capelas absidais, conforme se pode ver na fig. 18. Nessa fotografia da antiga capela-mor pode-se ver a posição central ocupada pelo túmulo do Rei D. Fernando I (em baixo, à esquerda da imagem), ainda com a espessa crosta acastanhada que o cobria, ao fundo a réplica setecentista em madeira do cenotáfio de D. Nuno Alvares Pereira, os painéis de azulejos representando S. Miguel Arcanjo a Vencer o Demónio, inserido no suporte arquitectónico nos anos 40 pela DGEMN), no lado oposto da capela-mor, e os passos da Paixão de Cristo, hoje colocados em painéis de aerolam nas duas capelas do lado do Evangelho (salas 4 e 5 do Museu actual), e ainda uma série de vitrinas, colocadas ao longo das paredes, as quais continham decerto as colecções arqueológicas constituídas por pequenos objectos, e ainda as austeras cadeiras de madeira do pequeno auditório onde se realizavam as reuniões associativas, até aos anos 70. Como não dispomos de documentação fotográfica sobre as outras salas, não poderemos fazer uma avaliação da respectiva museografia, mas é de presumir que não fosse muito diferente.

Embora represente um considerável progresso em relação aos primeiros tempos do museu oitocentista, que se posicionava entre um armazém de esculturas e elementos arquitectónicos, estamos ainda longe de uma museografia moderna, baseada numa selecção criteriosa de peças, organizadas por critérios cronológicos ou temáticos. Apesar de o MAC ter contado com a colaboração de conservadores honorários tão experientes como Felix Alves Pereira, do Museu Etnológico Português (actual Museu Nacional de Arqueologia), José

Queiroz (Museu Nacional de Arte Antiga), Mêna Junior (Museu de S. Roque), ou Matos Sequeira, que organizaria no próprio MAC o núcleo do futuro Museu da Cidade.

Quanto ao exterior, a julgar pela documentação existente, após a retirada dos túmulos medievais para a parte coberta, não diferiria muito da museografia do final do século XX, com a maior parte dos elementos arquitectónicos encostados às colunas, e espalhados pelas naves e transepto.



Além das remodelações acima referidas, que decerto o tornaram mais atraente para o público em geral, houve também a preocupação de acolher e organizar no espaço museológico uma série de exposições temáticas, sobre as artes e indústrias tradicionais portuguesas, procurando assim atrair ao Carmo os mais variados sectores da população portuguesa, esbatendo assim o carácter elitista que a AAP trazia no seu código genético, desde a sua fundação, o que se enquadra perfeitamente na ideologia democrática republicana.

Fig. 18
Sala principal do MAC
por volta de 1920.
Foto AH/DGEMN/IHRU

Fig. 19
Parte descoberta do MAC
em 1914.
Foto de Manuel Tavares/AF/CML

Entre as exposições que tiveram maior impacto contam-se a Exposição Olisiponense (1914), a qual foi visitada pelo próprio Presidente da República, Manuel de Arriaga, a Exposição de Tapeçarias de Arraiolos (1917) e ainda uma Exposição de Rendas (1923).



Fig. 20
Presidente Manuel de Arriaga,
visitando a Exposição
Olisiponense de 1914.
*Foto de Joshua Benoliel/AF/
CML*

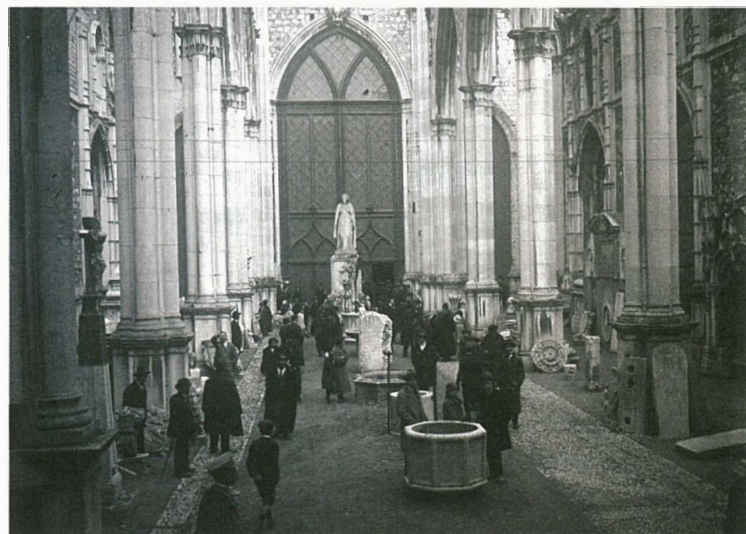


Fig. 21
Parte descoberta do MAC
em 1914, cheia de visitantes.
*Foto de Ferreira da Cunha/
AF/CML*



Fig. 22
Exposição de Tapetes de Arraiolos, 1917.
Foto de Manuel Tavares/AF/CML

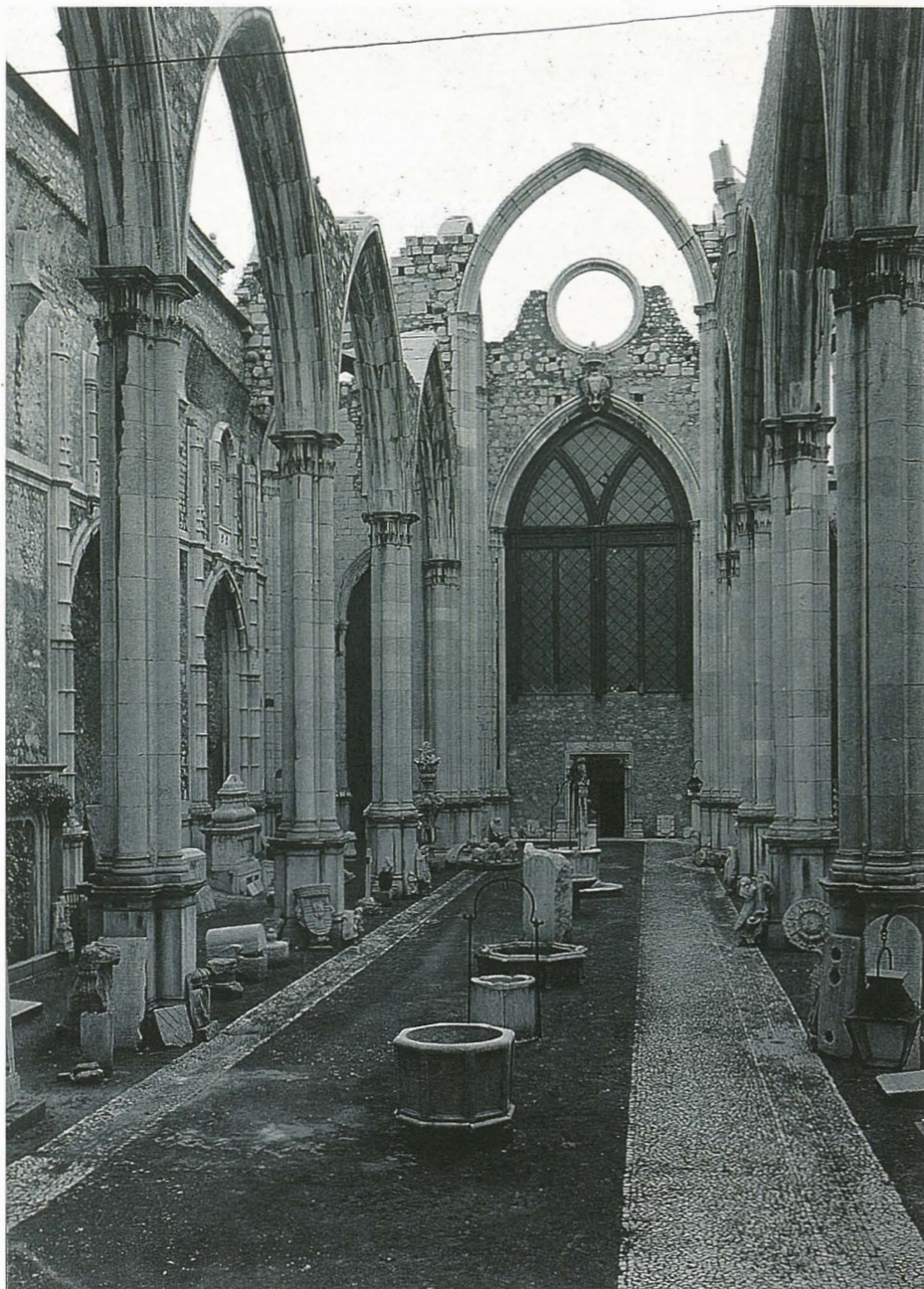


Fig. 23
Nave central do MAC, anos 40.
Foto AH/DGEMN/IHRU
(SIPA 00506530)

A "ESTABILIZAÇÃO" DO ESTADO NOVO (1926-1974)

ENQUADRAMENTO LEGAL

Com o advento do Estado Novo e a ascensão da DGEMN, criada em 1929, o destacado papel que a Associação havia desempenhado durante o final da Monarquia e a 1ª República na defesa e valorização do património foi relegado para segundo plano, deixando de estar representada na Comissão dos Monumentos da 1ª Circunscrição Artística, extinta em 1926, e passando a dedicar-se mais aos estudos arqueológicos, históricos e artísticos, do que à intervenção, ainda que indirecta, na gestão do património. Reflexo da natureza centralizadora e antidemocrática característica de um Estado autoritário e ditatorial, a DGEMN passa a ser o principal instrumento de uma política patrimonial posta ao serviço de um ideário nacionalista, e desprovida do suporte científico que a investigação artística, histórica e arqueológica lhe deveria conferir.

O considerável retrocesso verificado na vida associativa durante este período está bem patente na extinção, no decurso da revisão regulamentar de 1933, das seis secções de estudo constantes do Regulamento de 1923 (Arqueologia pré-histórica, Arqueologia histórica, Numismática e Sigilografia, Heráldica e Genealogia, Bibliologia e Diplomática, e Estudos Olisiponenses), as quais ficam reduzidas a duas (Pré-História e História). A extinção da Secção de Estudos Olisiponenses levou ao afastamento da vida associativa de um importante núcleo de olisipógrafos, entre o quais se destaca Gustavo de Matos Sequeira, que em 1936 fundaram o Grupo de Amigos de Lisboa.

Além desta redução do número de secções de estudo, o Regulamento Interno de 1933 (curiosamente os Estatutos de 1923 mantêm-se) reduz também de forma drástica os corpos sociais, ao determinar que a Direcção, composta por cinco membros – Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral, 2º Secretário e Tesoureiro – seja

também encarregada de organizar os trabalhos da Assembleia Geral. Deixa, assim, de haver uma Mesa da Assembleia Geral, sendo os trabalhos dirigidos pelo Presidente da Direcção e secretariados pelo Secretário-Geral ou pelos respectivos substitutos, também membros da Direcção. Como também não existe qualquer organismo de fiscalização ou recurso, é assim abolida a democraticidade interna da Associação, ao congregar num único órgão com poderes absolutos os poderes representativo, executivo e fiscalizador, característicos das sociedades democráticas. Por estranho que possa parecer, esta situação só foi alterada em 1994, como se verá adiante..

Nos termos do Artigo 1º do Regulamento de 1933 a Associação destina-se a:

“1º A proceder nos termos da legislação em vigor a investigações de carácter arqueológico, a fazer estudos das antiguidades e a responder a todas as consultas que oficialmente lhe forem dirigidas e cujos assuntos estejam no âmbito da sua actividade científica, nos termos do artigo 1º do decreto nº8:630, de 9 de Fevereiro de 1923;

2º A velar pela conservação dos monumentos arqueológicos e históricos, a procurar recolher no seu museu, ou em outro se a conveniência o aconselhar, os objectos que corram risco de perda ou deterioração; a apresentar às entidades competentes os alvitres que julgar necessários para o progresso das ciências nela professadas ou para a protecção das colectividades que patrocine e das espécies documentais sofrendo dano;

3º A promover, sempre que entenda oportuno, sessões de homenagem a distintas entidades ou comemorativas de factos históricos, nacionais ou associativos, e a organizar exposições de carácter arqueológico, histórico, bibliográfico ou artístico, que sirvam de expansão cultural”

(Portaria nº 7:594, do Ministério da Instrução Pública de 3 de Junho).

Consagra-se, assim, a vocação de investigação arqueológica, de órgão consultivo dos organismos oficiais, de salvaguarda e recolha de objectos arqueológicos em risco e ainda de promotor cultural (de homenagens

e exposições), a qual será plenamente concretizada, com períodos de maior ou menor intensidade, nas quatro décadas subsequentes.

Não deixa de ser interessante verificar que foi precisamente em 1933 que a AAP recebeu a sua mais importante distinção honorífica, a Comenda da Ordem Militar de Santiago de Espada.

O MUSEU “DA” DGEMN NO CARMO

A par do carisma que o Museu desenvolveu desde a sua fundação até inícios do século XX, as frequentes intervenções dos seus presidentes continuam, traduzindo-se em várias campanhas que se dividem entre a limpeza, conservação e restauro executadas desde o início da República até 1982, as quais estão documentadas através de inúmeros documentos existentes nos Arquivos da extinta DGEMN. Entre as diversas fases de intervenção efectuadas pela DGEMN, sobressaem as realizadas nos anos 40, sob a direcção do arquitecto Baltasar de Castro,

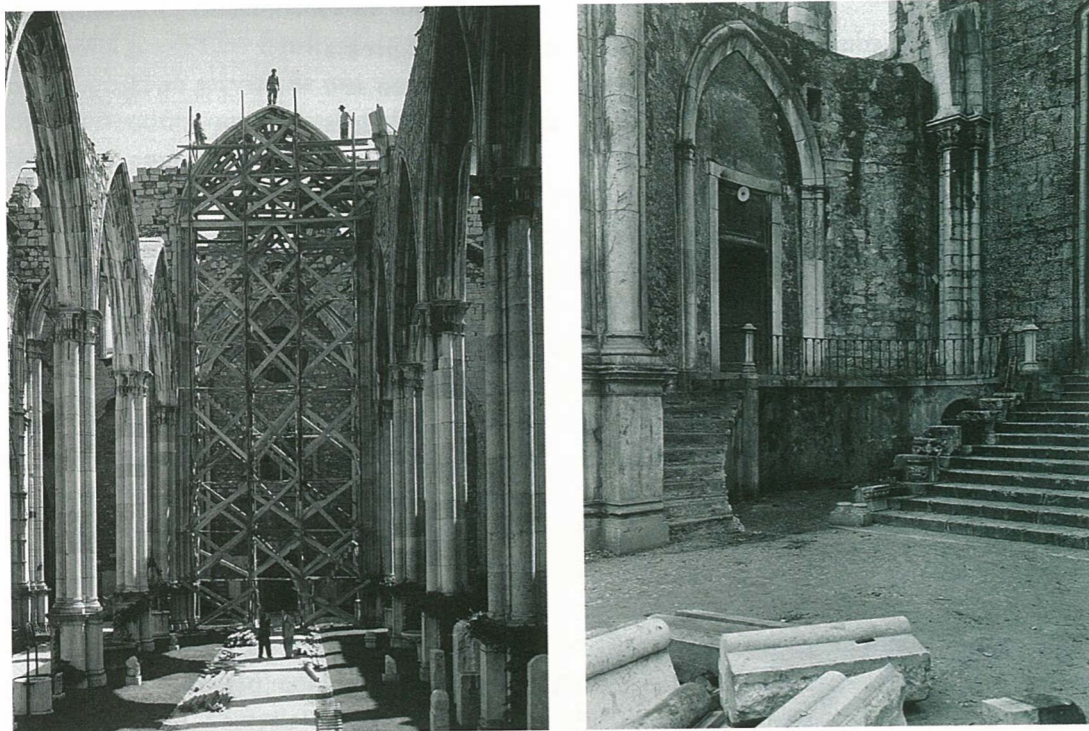


Fig. 24
Obras da DGEMN
de 1946-1949, nave
com andaimes.
Foto AH/DGEMN/IHRU
(SIPA 00506539)

Fig. 25
Obras da DGEMN
de 1946-1949, aspecto
da zona da entrada antes
das obras.
Foto AH/DGEMN/IHRU
(SIPA 00506515)

no âmbito da política de reconstrução de monumentos do Estado Novo (Neto, M. J. 2001).

Embora não tenha existido propriamente um projecto de remodelação do edifício e do Museu nele instalado, os seus resultados estão ainda bem visíveis. Com efeito, essa intervenção, muito pesada e em grande parte irreversível, consistiu, nas suas linhas gerais, na remodelação da zona da entrada, com preenchimento maciço das capelas à face que a ladeavam, as quais foram emparedadas, para dar maior consistência aos dois pequenos edifícios que ladeiam a escadaria, e onde estão instalados os serviços administrativos e técnicos do Museu actual; na construção de uma parede de pedra maciça a separar as antigas capelas da parte descoberta do MAC, o que decerto deu maior consistência aos arcos góticos originais, mas alterou por completo a leitura do edifício original; na integração no suporte arquitectónico, por vezes a mais de uma dezena de metros de altura, de dezenas de pedras de armas e ainda de catorze painéis de azulejos, representando a Paixão de Cristo, colocados nas capelas à face da antiga nave da Igreja; e finalmente ajardinamento da nave, com zonas relvadas e sebes de bucho, com roseiras trepando pelas colunas.

É certo que esta intervenção veio dar maior consistência às paredes, mas é hoje, como já era no tempo em que foi executada, em absoluto contrária às mais elementares regras da museografia, que

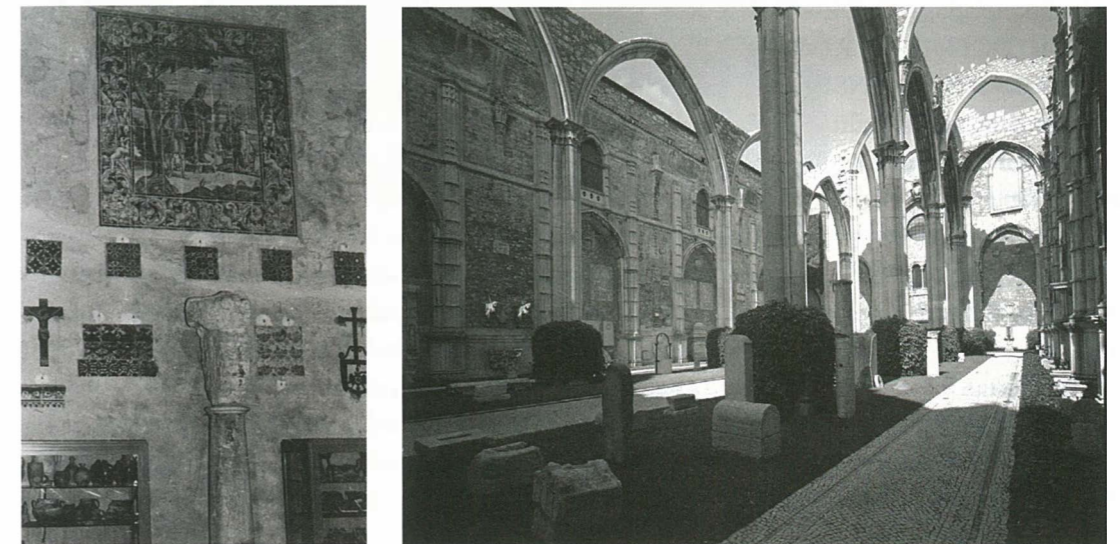


Fig. 26
Aspecto do interior
do MAC, antes das obras
de 1994-2000.
Foto AF/AAP

Fig. 27
Parte descoberta do MAC,
nos anos 50.
Foto Armando Serôdio
AF/CML. N.26530

condenam a integração do acervo no suporte arquitectónico, com cimento, e da intervenção em edifícios históricos, que deve respeitar e valorizar os valores de autenticidade do monumento, por muito arruinado que esteja, ser feita com materiais claramente distintos dos originais, e ser reversível.

Também na parte coberta do MAC se utilizou a integração de painéis de azulejos e outras peças do acervo no suporte arquitectónico, sendo as mesmas dispostas sem grande preocupação estética (fig.26).

ACTIVIDADES ARQUEOLÓGICAS – O PAPEL PREPONDERANTE DE AFONSO DO PAÇO

No que respeita à investigação arqueológica, as principais actividades desenvolvidas, além da regular apresentação de comunicações nas secções de Pré-História e nas Assembleias Gerais mensais, (pois a Secção de História esteve quase sempre ocupada com a investigação histórica convencional, baseada em documentos escritos), foram as escavações dirigidas, em nome da AAP, por dois dos sócios arqueólogos mais activos, o Padre Eugénio Jalhay e o Ten-Coronel Afonso do Paço, na fortificação pré-histórica de Vila Nova de São Pedro (VNSP), no concelho da Azambuja, entre 1937 e 1967, e na Citânia de Sanfins, no concelho de Paços de Ferreira, entre 1944 e 1964, em campanhas anuais, financiadas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) (cf. Ribeiro e Cardoso 2013).

As escavações de VNSP foram realizadas em grande escala, como pequenas campanhas militares (lembre-se que Afonso do Paço, militar de carreira, participou em 1918 na mortífera batalha de La Lys, durante a 1ª Guerra Mundial, o que lhe valeu ser condecorado com a Cruz de Guerra), com base em trincheiras escavadas por trabalhadores rurais munidos de pás e picaretas, sem qualquer preparação técnica, contratados localmente, com o objectivo de encontrar construções, sem registo estratigráfico ou de proveniência de materiais, embora a maior parte das terras fossem crivadas, o que permitiu a recolha de inúmeras pontas de flecha e outros pequenos utensílios, bem como grandes quantidades de sementes de cereais e outros elementos fundamentais para o conhecimento do modo de vida das populações pré-históricas.



Fig. 28
Afonso do Paço e
Maria de Lurdes Arthur,
ao centro, durante as
escavações de Vila Nova
de São Pedro (VNSP).
AF/AAP
Reprodução de J. Pessoa



Fig. 29
Grupo de trabalhadores
rurais em VNSP.
AF/AAP
Reprodução de J. Pessoa

Apesar de não realizadas com a metodologia mais adequada, mesmo tendo em conta a época, revelaram uma das mais notáveis fortificações calcolíticas do território português, e forneceram uma enorme quantidade de artefactos de pedra, osso, cerâmica e metal, que se conservam em grande parte no Museu Arqueológico do Carmo, ocupando a quase totalidade da sala 1, dedicada aos tempos pré e proto-históricos.

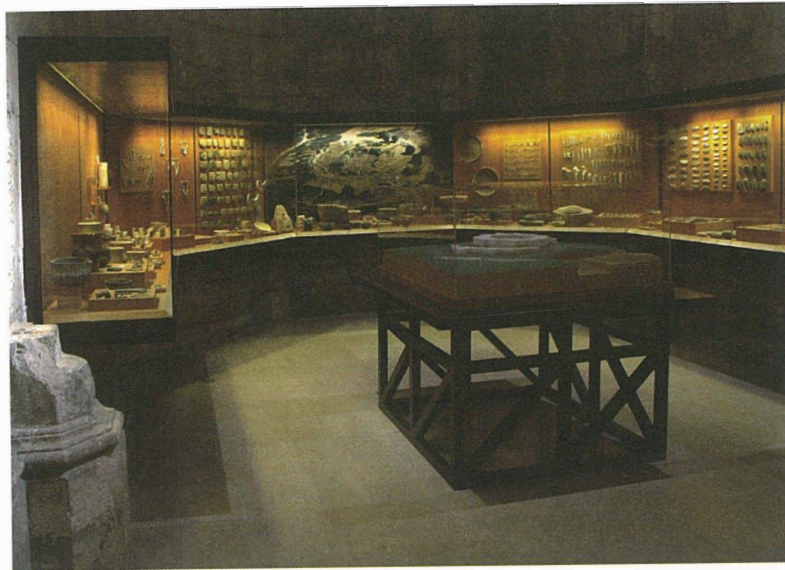


Fig. 30
Sala 1 do MAC, com
artefactos provenientes
de VNSP.
Foto J. M. Arnaud / AAP

“Os materiais desta estação pejam o Museu Arqueológico do Carmo, sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses, onde se encontram arrecadados, e deles há mostruários em universidades portuguesa, espanholas, francesas, inglesas e alemãs, bem como em seminários e outros museus, para documentação e ensino de jovens estudantes” (Paço, 1959a, p.263).

Quanto às escavações de Sanfins, foram também financiadas pela DGEMN, que tinha como missão ir consolidando as estruturas que apareciam, de modo a protegê-las da acção do tempo e das pessoas, e prepara-las para poderem ser visitadas por turistas. Pelo menos as mais recentes, foram realizadas no âmbito de Campos de Trabalho da Mocidade Portuguesa (Martins et al. 1959). Os materiais eram tão abundantes, que ficaram armazenados localmente, tendo mais tarde dado origem a um pequeno museu de sítio.

Estas duas escavações mostram que a DGEMN, embora mais vocacionada para intervenções de maior ou menor envergadura nos principais monumentos nacionais, sobretudo igrejas e castelos, com o objectivo de os desconstruir/reconstruir, de acordo com uma filosofia de intervenção inspirada, por vezes de forma literal e acrítica, nas concepções, já então ultrapassadas, de Viollet-le-Duc, também interveio nalguns dos principais sítios arqueológicos do país, como

por exemplo em Conímbriga, onde também se realizaram Campos de Trabalho da Mocidade Portuguesa, nos anos 50 e 60. Esta associação DGEMN / Mocidade Portuguesa, mostra bem o contexto político em que se desenvolvia a actividade arqueológica em Portugal, e a forma incipiente como esta era utilizada para fins políticos.

Mas a intervenção de Afonso do Paço não se limitou a VNSP e a Sanfins, embora estas tenham sido as suas campanhas mais prolongadas, realizadas em nome da AAP. Na realidade, Paço foi de facto um dos mais activos e prolíficos arqueólogos do seu tempo, tendo realizado escavações em dezenas de sítios, espalhados por todo o país, e publicado pelo menos 165 trabalhos arqueológicos entre 1935 e o seu falecimento, em 1968 (Oliveira, E., 1984). Uma das suas escavações mais importantes foi a que realizou no campo de batalha de Aljubarrota, onde encontrou as famosas “covas de lobo” e outras estruturas de carácter táctico escavadas no subsolo, as quais muito contribuíram para uma reapreciação daquela batalha decisiva para o desenrolar da história de Portugal (Paço 1959b e 1965).

Afonso do Paço deu também uma grande contribuição para uma certa internacionalização da Arqueologia portuguesa do seu tempo, ao participar em diversos congressos internacionais, sobretudo a nível ibérico. Ao divulgar as suas numerosas publicações junto dos principais pré-historiadores do seu tempo, colocou VNSP no mapa da Europa pré-histórica, tendo-se mesmo alguns deles deslocado a Portugal para verem e até colaborarem nas suas escavações. Foi o caso de Gordon Childe, autor da mais famosa obra de conjunto sobre a Pré-História Europeia (Childe, G. 1925-1957), que visitou Portugal em 1945. As sucessivas e actualizadas edições dessa obra, que dedica uma página completa a VNSP, foram muito importantes para a divulgação da Pré-História do território português. Em 1955 Paço aceitou a colaboração do Prof. Edward Sangmeister, da universidade alemã de Freiburg, numa campanha durante a qual foi realizado o primeiro levantamento topográfico pormenorizado de VNSP (Paço, A. do e Sangmeister, E. 1956).

Também Hubert N. Savory, que em 1959 realizou o primeiro corte estratigráfico de VNSP, deu uma contribuição fundamental para uma melhor compreensão da sequência de ocupação daquela pequena, mas complexa fortificação (Savory, H.N. 1970).

Além de Afonso do Paço, muitos outros arqueólogos participaram de maneira mais ou menos activa na vida da AAP, aí apresentando com regularidade os seus trabalhos, de maneira mais informal, em reuniões da Secção de Pré-História, muitas vezes sem agenda prévia, em que cada um relatava os achados e trabalhos que muito bem entendia, à volta de uma mesa, mostrando com frequência os próprios achados que iam fazendo, ou de modo mais formal, em Assembleias Gerais com comunicações formais, previamente anunciadas. Constituiu-se, assim, um grupo mais ou menos coeso de arqueólogos com as mais variadas profissões, que exerciam actividade como amadores, nas suas férias e tempos livres, e que encontravam no vetusto e austero auditório do Museu Arqueológico do Carmo, instalado na antiga capela-mor, um local privilegiado para partilharem e discutirem as suas investigações com os seus pares. Entre os mais activos destacavam-se, nos anos 60, Leonel Ribeiro, Veiga Ferreira e Farinha dos Santos, além de Eduardo da Cunha Serrão, cujo importante papel na formação de uma nova geração de arqueólogos será destacado mais adiante.

A POLÉMICA ENTRE A AAP E O MUSEU ETNOLÓGICO DO DR. LEITE DE VASCONCELLOS

Ainda que de certo modo elitista, a AAP mostrava, apesar de tudo, maior abertura do que outros centros de actividade arqueológica, bastante mais fechados, como era o caso do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos, futuro Museu Nacional de Arqueologia, dirigido entre 1929 e 1965 com pulso férreo por Manuel Heleno, responsável por centenas de intervenções em sítios arqueológicos de diversos tipos e épocas, espalhados por todo o país, a maior parte dos quais nunca chegou a ser publicada, ao contrário do que acontecia com as escavações realizadas por Paço e seus companheiros da AAP. Com efeito, estes procuravam divulgar de imediato as suas descobertas, publicando-as, ainda que de modo sumário, na revista da Associação, ou nas poucas revistas da especialidade então existentes, como a Revista de Guimarães, editada pela prestigiada Sociedade Martins Sarmiento, ou os Trabalhos de Antropologia e Etnologia, do Porto, pois O Arqueólogo Português, que no tempo de José Leite de Vasconcellos era publicado anualmente, passou a ser publicado com grande irregularidade.

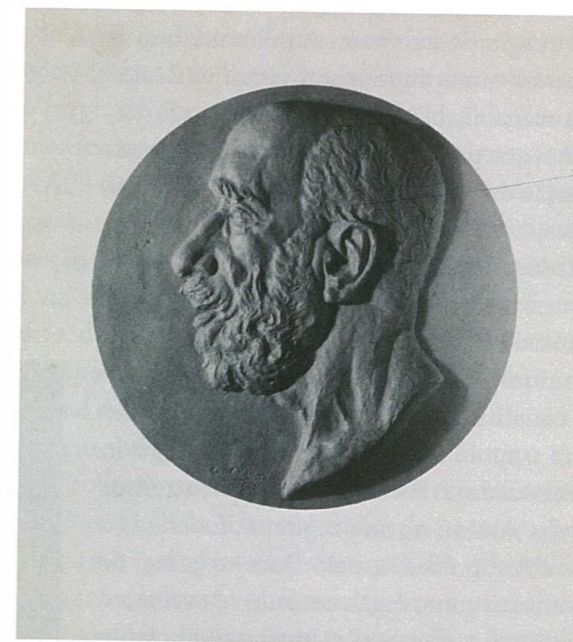


Fig. 31
Efigie de José Leite
de Vasconcellos.
AF/AAP
Reprodução de J. Pessoa

Embora Manuel Heleno fosse sócio da AAP, como aliás quase todas as principais figuras da Arqueologia do seu tempo (incluindo o seu ilustre antecessor na direcção do Museu, que chegou a ser eleito Presidente da Direcção entre 1922 e 1925 e Presidente Honra a partir de então), a verdade é que houve sempre uma certa rivalidade entre a AAP, associação de cidadãos detentora de um museu privado, instalado num Monumento Nacional, no qual eram integrados os elementos arquitectónicos, arqueológicos e artísticos em risco de destruição, e o Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos, um organismo estatal, integrado na Universidade Clássica de Lisboa, e dirigido por um professor de Arqueologia, que procurou centralizar e até monopolizar, toda a actividade arqueológica durante o Estado Novo. Nesse sentido, Heleno chegou a conseguir que o decreto que regulamentava pela primeira vez as escavações arqueológicas, o Decreto 21117, de 18 de Maio de 1932, atribuísse ao Director do Museu de Belém a competência para autorizar, fiscalizar e mesmo suspender escavações arqueológicas, e ainda, pasme-se, de estabelecer prioridades científicas a favor daquele Museu! A esta tentativa de impor o que teria sido uma autêntica ditadura arqueológica, própria do regime autoritário que estava a estender os seus tentáculos a todos as actividades do país, mesmo as que

pareciam mais neutras a AAP reagiu de imediato. A polémica que se gerou foi já analisada em pormenor, numa interessante tentativa de síntese sobre a Arqueologia em Portugal (Fabião 1999), mas não pode deixar de ser referida neste trabalho, que procura abordar os aspectos mais relevantes do que tem sido a acção da AAP na preservação da memória colectiva e na intervenção cívica. Com efeito, a viva polémica suscitada pelo decreto 21117, é bem reveladora do alinhamento das principais personalidades e instituições do sector e da forma como tentaram reagir à imposição de um regime ditatorial também neste sector de actividade.

A reacção por parte da comunidade arqueológica não se fez esperar, e uma delegação da AAP, constituída por Joaquim Fontes, Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, com o apoio do então já muito prestigiado Prof. Mendes Corrêa, da Universidade do Porto, conseguiu neutralizar a acção de tão polémico decreto. Assim, no ano seguinte, foi criada a Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, pelo Decreto 32125, de 12 de Outubro de 1933, que nomeava como órgão consultivo exclusivo a Associação dos Arqueólogos Portugueses. Após uma intervenção de Leite de Vasconcellos, chegou-se a uma solução de compromisso, passando a referida Junta a integrar representantes não só da AAP, a única com forte implantação a nível nacional, mas também de outras instituições de âmbito mais restrito ou regional, como a Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, do Porto, liderada por Mendes Corrêa, e o pouco activo e nada representativo Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, criado pelo próprio Heleno no âmbito do MNA. Por muito equilibrada que pareça esta proposta de Leite de Vasconcellos, o que é certo é que, apesar de ter aceitado ser Presidente de Honra da AAP, o coração deste venerando sábio pendeu sempre para a sua própria criação, o Museu que durante muitos anos, e com toda a justiça, ostentou o seu próprio nome, até à sua saída do âmbito da Universidade para ser “promovido” a Museu Nacional de Arqueologia.

MEMÓRIA E CELEBRAÇÃO

No que respeita à Secção de História, também foi desenvolvida grande actividade, tendo esta sido até mesmo predominante durante várias décadas, a julgar pelo volume que ocupou nas publicações peri-



Fig. 32
Retrato do Prof. Joaquim Fontes.
AF/AAP Reprodução de J. Pessoa

ódicas e ocasionais da AAP. As figuras dominantes foram sem dúvida o historiador António Machado de Faria, que ocupou durante longos anos o importante cargo de Secretário-Geral, zeloso guardião dos Estatutos e Regulamentos associativos, a quem competia, na prática, a gestão corrente da AAP e do MAC, José Timóteo Montalvão Machado, Alberto Iria e tantos outros ilustres historiadores que participaram nos trabalhos da Secção de História, e publicaram os resultados das suas investigações na revista da AAP, sucessivamente designada *Arqueologia e História*, durante a República, *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, durante a fase inicial do Estado Novo, para retomar a sua actual designação no após-guerra.

A AAP também cumpriu o consignado no nº3 do artigo 1º do Regulamento de 1933, comemorando efemérides marcantes, como o “Duplo Centenário da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência”, em 1940, (*Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol.VI, 1942) celebração que marcou um ponto alto da propaganda do Estado Novo, cujo expoente máximo foi a Exposição do Mundo Português, ou o VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros (*Lisboa e o seu Termo – Estudos e Documentos*, 2 vols. 1947). Enfim, a AAP não deixou de celebrar as suas próprias efemérides, como os 75 e os 100 anos da sua fundação.

AS COMEMORAÇÕES DO 1º CENTENÁRIO E A ASCENSÃO DE D. FERNANDO DE ALMEIDA

Se os 75 anos foram celebrados sem grande pompa aparente, mas com um muito útil volume dedicado à sua história (*Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, volume IV, 1938), já o seu Primeiro Centenário, que marca a ascensão de D. Fernando de Almeida, eleito poucos meses antes, foi celebrado com maior pompa e circunstância, com sessões solenes, para as quais foram convidadas as mais altas individualidades do regime.

Essas comemorações prolongaram-se por vários dias e locais. Assim, a 4 de Novembro, teve lugar na Faculdade de Letras de Lisboa, a sessão inaugural, presidida pelo próprio Presidente da República, Almirante Américo Tomás, tendo consistido numa alocação do recém-eleito Presidente da AAP, Prof. Fernando de Almeida, seguida



Fig. 33
Centenário da AAP
na Faculdade de Letras
de Lisboa. Presidente da
República Almirante Américo
Tomás, com os Profs. Galvão
Teles, Ministro da Educação
e Manuel Heleno, à sua
esquerda. Atrás, vêm-se
o Eng.º Arantes e Oliveira,
Ministro das Obras Públicas,
o Ten-Coronel Afonso do
Paço, o Prof. Fernando de
Almeida, e os Drs. Alberto
Iria e Machado de Faria.
Foto AF/AAP
Reprodução de J. Pessoa

da entrega de diplomas de sócios honorários, ao Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira, então Ministro das Obras Públicas, e ao Doutor José Azeredo Perdigão, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian. As comemorações prosseguiram nesse mesmo dia no Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (vulgo SNI), com a inauguração de uma exposição bibliográfica, e a apresentação de conferências, pelo Coronel Mário Cardoso, Presidente da Sociedade Martins Sarmento, e pelo Prof. Garcia y Bellido, da Universidade de Madrid. A culminar um dia muito preenchido, tiveram lugar, desta vez no Museu Nacional de Arte Antiga, as conferências do Prof. Robert Etienne e do Marquês de São-Paio. Mas o programa não ficou por aí: ao longo de toda a semana foram realizadas conferências por distintos arqueólogos e professores universitários, nacionais e estrangeiros, incluindo o Prof. Edward Sangmeister, da Universidade de Freiburg, na Alemanha, Santos Júnior, da Universidade do Porto, e Doutor Georges Zbyszewsky, e ainda visitas aos Museus do Carmo e Etnológico Português, culminando numa visita de estudo a vários sítios arqueológicos e, três semanas mais tarde, nos dias 22 e 23, com um concerto pelo Grupo Coral "Polyphonia" em S. Vicente de Fora, e com uma sessão de encerramento no dia 23, na sede da AAP, no Museu do Carmo.



Fig. 34
D. Fernando de Almeida
discursando na Sessão
de Encerramento das
Comemorações do
Centenário da AAP,
no MAC, presidida pelo
General França Borges,
Presidente da C.M. de
Lisboa.
Foto AF/AAP
Reprodução de J. Pessoa

Este vasto e diversificado programa mostra, por um lado, a preocupação de apresentar a AAP como uma associação prestigiada, muito bem relacionada com o poder e com as principais instituições culturais do país, e o seu Presidente, eleito, nesse mesmo ano de 1963, como uma personalidade pronta para liderar a arqueologia portuguesa, o que aliás se viria a verificar, apenas com uma ou outra resistência pontual, nos anos seguintes, em que se assistiu à sua rápida ascensão a Professor Catedrático e Director da Faculdade de Letras de Lisboa, e Director do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos, concentrando, assim na sua pessoa a responsabilidade pelas principais instituições, públicas e privadas, do sector. A forma como utilizou esse poder será analisada no próximo capítulo da História da AAP.

A "PRIMAVERA MARCELISTA"

A queda de Salazar e a chamada "Primavera Marcelista", uma tentativa de "evolução na continuidade", ensaiada por Marcelo Caetano, vieram criar um ambiente propício para uma maior abertura da AAP a uma nova geração de arqueólogos, que então começaram a frequentar a Universidade de Lisboa.

O grande obreiro dessa abertura foi o Prof. D. Fernando de Almeida (1903-1979), que em 1963 havia assumido a Presidência da AAP, num período de grande conflitualidade entre os cultores da História Documental e da Genealogia e Heráldica, que então dominavam a vida associativa, relegando para plano secundário a actividade arqueológica.

A Arqueologia era então uma actividade praticada de forma esporádica, nas férias ou nos tempos livres, por um conjunto muito diversificado de pessoas, com as mais diversas formações académicas, ou mesmo sem nenhuma, que tinham em comum o entusiasmo que lhe dedicavam. Sacerdotes, militares, médicos, arquitectos, engenheiros, antropólogos, geólogos, economistas, professores dos vários graus de ensino, eram as profissões mais frequentes, e todas contribuíam, de certo modo, para dar resposta à diversidade de saberes que uma actividade multidisciplinar como a Arqueologia exige. Faltava-lhes, porém, a perspectiva antropológica ou histórica e, salvo raras excepções, a metodologia adequada.



Fig. 35
Grupo de sócios da AAP
e convidados, no MAC,
em 1963.
Foto AF/AAP
Reprodução de J. Pessoa

A COMISSÃO DE HERÁLDICA

Outra importante área de actividade da AAP, durante o Estado Novo, foi a da heráldica autárquica e das pessoas colectivas de utilidade pública. Iniciada em 1910, ainda antes da proclamação da República, mas desenvolvida sobretudo por Afonso de Dornelas, a partir de 1921, com a criação de uma Secção de Heráldica e Genealogia, que sobreviveu à reforma regulamentar de 1933 transformada em Comissão da Secção de História, foi reconhecida oficialmente como a autoridade máxima nessa matéria, a partir do Despacho de 14 de Abril de 1930.

D. Fernando de Almeida tinha plena consciência da incipiente situação da Arqueologia em Portugal, como Luis Raposo muito bem salientou (Raposo 2003), meteu mãos à obra para a tentar mudar, numa estratégia bem definida, em várias frentes.

Quanto à AAP reserva-lhe o papel de local de apresentação e discussão dos trabalhos científicos. Personalidade verdadeiramente cativante, impunha-se com naturalidade nos meios em que se movia. Graças à sua intervenção, os estudantes e recém licenciados da Faculdade de Letras passaram a ter a possibilidade de assistir às reuniões das Secções de Pré-História, bem como às conferências proferidas nas Assembleias Gerais, que então eram mensais e reservadas aos sócios efectivos, sendo-lhes mesmo facultada a possibilidade de apresentar comunicações. Esta atitude de D. Fernando de Almeida resultava decerto da sua consciência da existência de um verdadeiro "buraco geracional" entre a sua própria geração e as gerações mais jovens, em parte resultante dos conflitos pessoais e institucionais que marcaram a arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (Fabião 1999). Foi assim que um pequeno grupo de jovens estudantes da licenciatura em História que se interessavam mais por Arqueologia, deram os seus primeiros passos nesta área, privando de perto com os arqueólogos mais activos da AAP. Entre estes contavam-se os representantes da arqueologia tradicional, mais orientada para os artefactos e as estruturas do que para os seus contextos, tais como Afonso do Paço (1895-1968), Leonel Ribeiro (- 1977) ou Octávio da Veiga Ferreira (1917-1997). Mas os ventos da mudança já haviam começado a soprar, ainda que timidamente.

A D. Fernando de Almeida deve-se também a iniciativa de organizar em 1970 e em 1972 as I e II Jornadas Arqueológicas da AAP, uma forma de dar maior visibilidade a esta Associação, e de colmatar a irregulari-

dade da convocação dos Congressos Nacionais de Arqueologia que se celebraram em Lisboa em 1958 e que, curiosamente, só voltaram a reunir em Coimbra, em 1970, e no Porto, em 1973 (a seguir às Jornadas da AAP). Estas Jornadas, abertas a todos os interessados, tiveram um assinalável êxito e permitiram a uma nova geração de arqueólogos a apresentação, discussão e publicação dos seus primeiros trabalhos, par a par com os arqueólogos da velha guarda.



Fig. 36
Heráldica da freguesia
da Vacariça, arquivo da AAP.
Reprodução de J. M. Arnaud

A RESTAURAÇÃO DEMOCRÁTICA (1974-1994)

A queda do regime ditatorial, simbolizada pela rendição de Marcelo Caetano no Quartel do Carmo, afectou naturalmente a vida associativa, ao criar condições para a renovação timidamente iniciada com a chamada “Primavera Marcelista”. D. Fernando de Almeida manteve-se como Presidente até ao seu falecimento, em Fevereiro de 1979, mas os elementos da Direcção mais comprometidos com o regime deposto foram de imediato substituídos por Eduardo da Cunha Serrão e José Luis de Matos, abrindo caminho a uma nova geração de arqueólogos, entre os quais se incluem José d’Encarnação, Maria Adelaide Maia, Elisabeth Cabral, Luísa Abreu Nunes, Luís Coelho, Manuela Alves Dias e Manuel Maia, na área da Arqueologia Clássica, e António Cavaleiro Paixão, Victor dos Santos Gonçalves, Vitor Oliveira Jorge e José Morais Arnaud, na área da Pré-História.

Entre os arqueólogos mais inovadores da AAP merece especial referência Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991), que viria a suceder a D. Fernando de Almeida como Presidente, após o seu falecimento (1979), pela sua abertura de espírito e qualidade científica dos seus trabalhos arqueológicos, que se destacavam muito, do ponto de vista teórico e metodológico, dos padrões então vigentes. Com efeito, deve-se a Eduardo da Cunha Serrão e ao seu amigo e colaborador Eduardo Prescott Vicente (que porém nunca quis ser sócio da AAP), a introdução em Portugal da metodologia inglesa de escavações, baseada no registo tridimensional de achados e na análise estratigráfica, nas suas investigações realizadas em vários locais dos arredores de Lisboa (Serrão e Vicente 1959). Cunha Serrão constituiu assim uma primeira referência para alguns estudantes que com ele se iniciaram em escavações de pequena amplitude, mas com elevados padrões de rigor, na Lapa do Fumo, perto de Sesimbra, e noutros arqueosítios.

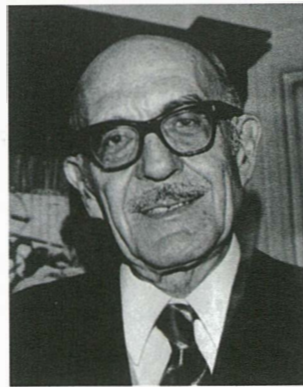


Fig. 37
E. C. Serrão. Presidente da AAP
(1979-1990).

O apoio de Cunha Serrão e da AAP havia sido decisivo, já no início dos anos 70, para o registo do importante complexo de arte rupestre descoberto perto de Fratel, no vale do Tejo, em finais de 1971 por Francisco Sande Lemos, Jorge Pinho Monteiro, Maria Querol e Susana Rodrigues Lopes (mais tarde Oliveira Jorge), então estudantes universitários. Estes revelaram as suas descobertas numa comunicação apresentada à Secção de Pré-história da AAP em 29 de Maio de 1972, em colaboração com Cunha Serrão (Serrão et al. 1972), que se responsabilizou perante a então Junta Nacional de Educação, de que era delegado, e a Fundação Calouste Gulbenkian, que subsidiou os trabalhos de campo, por este projecto. Conseguiu-se assim registar, num reduzido período de tempo, com a participação de um numeroso grupo de estudantes da Faculdade de Leras de Lisboa, uma parte muito significativa dos milhares de gravuras aí existentes, antes de serem inundadas pelas águas do regolfo da barragem, então já em avançado estado de construção (Serrão et al. 1973). Esta intervenção arqueológica de emergência foi uma das primeiras a ser realizadas em Portugal, tendo contribuído para a formação no terreno de reputados especialistas de arte rupestre, como António Martinho Baptista e Mário Varela Gomes (cf. Lemos, 2013). Para se ter uma ideia mais completa do enorme contributo de Eduardo da Cunha Serrão para a renovação da Arqueologia em geral e da Pré-História em especial, veja-se a sua bio-bibliografia (Jorge, 1987).



Fig. 38
Eduardo da Cunha Serrão estudando as gravuras de Fratel, no vale do Tejo, com Francisco Sande Lemos, Jorge Pinho Monteiro, Susana Oliveira Jorge e Manuela Martins.
Foto de A. M. Baptista

A AAP, que até então havia funcionado como um clube de elite, fechado e misógino, ao qual só eram admitidas pessoas com um determinado estatuto social e académico, uma espécie de extensão da ainda mais fechada Academia da História, transformou-se num local privilegiado, em que as novas gerações de arqueólogos que iniciavam as suas carreiras, apresentavam os seus primeiros trabalhos e debatiam os problemas de uma profissão emergente.

As principais questões que então se debatiam tinham a ver com a reestruturação do enquadramento institucional da actividade arqueológica, até então dependente da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, criada no âmbito do Ministério da Educação Nacional, em 1971, e da 2ª Sub-Secção da 1ª Secção da Junta Nacional da Educação, órgão consultivo do mesmo ministério, na qual estava representada por direito próprio a AAP.

Com a criação da Direcção-Geral do Património Cultural, em 1974, iniciou-se o processo de concentração de todas as vertentes patrimoniais, culminando em 1980 com a criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), congregando na mesma tutela o património arquitectónico e arqueológico, os museus, a conservação e restauro, as bibliotecas e arquivos, a música, a etnografia e até as artes plásticas contemporâneas. Porém, esta concentração de vertentes tão diferenciadas, embora tivesse por objectivo a definição e execução de uma política integrada de gestão do património cultural, na sua acepção mais ampla, acabou por não resultar, e teve logo início um movimento centrífugo, com a autonomização sucessiva das bibliotecas (1980), arquivos (1985) e museus (1991), acabando o que restava do IPPC por se transformar em 1992 no Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR). Com a criação do Instituto Português de Arqueologia, em 1997, aquele instituto ficou reduzido ao património arquitectónico, embora mantivesse a gestão dos imóveis arqueológicos classificados.

Face a todas estas mudanças de enquadramento institucional e de política patrimonial, a AAP procurou sempre ter uma atitude independente, crítica, mas colaborante, no estrito cumprimento da sua missão, consignada nos seus estatutos, e no seu já longo historial nesta matéria, procurando evitar roturas e manter sempre abertas as pontes para o diálogo, mesmo quando, numa ou outra conjuntura, isso não foi nada fácil.

Essa postura da AAP foi manifestada, numa primeira fase, quer através do seu representante nos órgãos consultivos da tutela, enquanto neles esteve representada (ou seja, até 1997), quer através de ofícios da Direcção, muitos dos quais transmitiam moções discutidas e aprovadas em Assembleias Gerais, manifestando preocupação sobre situações de património arqueológico em risco, ou lesivas dos interesses profissionais dos seus associados.

O facto de muitos dos seus associados mais activos terem sido chamados a desempenhar cargos directivos nos organismos da tutela, a partir de 1996, em nada alterou a posição sempre independente, embora por vezes crítica, da AAP, em questões de natureza arqueológica.

Outra área de debate era a reorganização do ensino de Arqueologia na Universidade, que então se limitava às cadeiras de Pré-História e de Arqueologia da Licenciatura em História. Em 1974, o alargamento dos horários ao período pós-laboral, a licenciatura em História atraiu uma grande quantidade de alunos, a maior parte dos quais viriam a ser absorvidos por um ensino secundário em expansão, em resultado da democratização do ensino. Como a necessidade de criação de uma licenciatura específica em Arqueologia ainda não se fizesse sentir, foram então criadas as chamadas pré-especializações ou variantes em Arqueologia, as quais eram no fundo licenciaturas em História em que as cadeiras opcionais eram todas nessas áreas específicas. Esta solução intermédia permitia aos seus detentores acesso ao ensino da História, habilitando-os também a exercerem a actividade arqueológica, caso tivessem oportunidade para tal.

A actividade arqueológica resumira-se até então a uma série de escavações de aprendizagem, promovidas por alguns professores universitários e abertas aos respectivos alunos e também a voluntários integrados em Campos de Trabalho da Mocidade Portuguesa, a escavações de pequena escala, apoiadas por bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian, e a uma ou outra intervenção pontual, relacionada com achados ocasionais, no decurso de obras estatais ou privadas, que se tornavam do conhecimento público, e obrigavam ao cumprimento da legislação em vigor, que determinava que sempre que ocorressem achados, os trabalhos deviam ser suspensos até à retirada dos vestígios arqueológicos.

DEMOCRATIZAR, DESCENTRALIZAR, E DINAMIZAR

Logo em Junho de 1974 teve lugar no Ateneu Comercial de Lisboa, o Plenário dos Arqueólogos Portugueses, com a participação de arqueólogos de todo o país. Após um longo debate, que Maria Maia assertivamente sintetizou em três palavras de ordem, *Democratizar, Descentralizar, e Dinamizar*, foi eleita uma Comissão Re-organizadora da Actividade Arqueológica, encarregada de propor ao Governo a criação de um Serviço Nacional de Arqueologia, com equipas distritais, que pudessem dar resposta a achados ocasionais. Parte das reflexões então propostas chegaram a ser publicadas (Marques, Paulino e Coelho, 1976), mas só em parte viriam a ser concretizadas. Urgia sobretudo coordenar e apoiar um levantamento arqueológico do país, nos respectivos municípios, que servisse de base à implementação de uma política de arqueologia preventiva e de salvamento, semelhante à que então já estava a ser posta em prática, desde os anos 60, nos países mais desenvolvidos da Europa.

A fim de estudar mais de perto a chamada Arqueologia de Salvamento (*Rescue Archaeology*), o signatário deslocou-se a Inglaterra de Novembro de 1975 a Janeiro de 1976, com uma bolsa do Fundo de Fomento Cultural, tendo acompanhado os trabalhos de mais de 20 unidades de intervenção arqueológica, quer em meio urbano, quer em meio rural. Daí resultou a elaboração de um Relatório no qual recomendava ao Estado a criação de legislação adequada para o efeito e de unidades de intervenção arqueológica destinadas a acompanhar os principais empreendimentos públicos e privados, que então começavam a surgir, um pouco por todo o país. A comunicação apresentada na AAP sobre o assunto, suscitou animado debate, despertando os arqueólogos mais jovens para esta importante dimensão de intervenção. Porém, só alguns anos mais tarde, com a transcrição para a legislação portuguesa das directivas comunitárias sobre minimização de impactos ambientais, em 1989, e com a criação do IPA, em 1997, viriam a ser criadas condições propícias à concretização no terreno de uma política coerente de arqueologia preventiva e de salvamento.

Nesses anos do chamado PREC ("Processo Revolucionário em Curso"), a Associação dos Arqueólogos Portugueses foi com frequência o lugar privilegiado de discussão dos problemas com que se debatia a actividade arqueológica no Portugal democrático.

A nível interno, começou a discutir-se a necessidade de reestruturação da AAP, no sentido de melhor a adaptar à nova conjuntura, e de a fazer corresponder à sua designação e fins estatutários. Com efeito, numa associação de arqueólogos, as duas secções então, e ainda hoje, existentes, de Pré-História e História, deveriam congregar os especialistas em investigações de Arqueologia dos períodos pré-históricos e históricos, respectivamente, pois não fazia sentido que as comunicações de Arqueologia Romana, Medieval e Moderna continuassem a ser feitas nas Assembleias Gerais e não na Secção de História, dominada por historiadores e heraldistas. Porém, essa proposta, feita em Julho de 1975, só viria a ser plenamente concretizada em 2009, com a eleição de uma mesa da Secção de História inteiramente constituída por arqueólogos que se dedicam ao estudo dos períodos históricos.

O pós-25 de Abril implicou também uma profunda alteração da estrutura financeira da AAP. Com efeito, até então, a AAP, além das receitas do Museu e das quotas dos sócios, que eram manifestamente insuficientes para assegurar a sua sobrevivência, apesar do quadro do pessoal ser reduzido a três pessoas (um administrativo, um porteiro e um guarda residente), dependia em grande medida de subsídios mais ou menos regulares da Câmara Municipal de Lisboa, que tinham como contrapartida a cedência do espaço para a realização de concertos abertos ao público; do Ministério da Educação, e ainda, ocasionalmente, da Fundação Calouste Gulbenkian, para projectos específicos. Porém, depois de 1974, esses apoios desapareceram, ou tornaram-se muito reduzidos, pelo que nos anos 70 e 80 do século XX a AAP viveu com grandes dificuldades. Uma análise das actas da Direcção e das Assembleias Gerais e da correspondência mostra uma preocupação constante com a obtenção de recursos financeiros junto das entidades que anteriormente apoiavam a AAP, com especial ênfase para a Câmara Municipal de Lisboa.

As relações com a então Direcção Geral do Património Cultural também foram bastante tensas nesse período. Depois de uma tentativa frustrada de integração do MAC nesse organismo estatal, impedida por pareceres jurídicos contrários a esse intento, acabaram por retirar o guarda residente, um funcionário que não só não zelava pelo património à sua guarda, como até contribuía para a sua alienação. Esta retirada do apoio estatal acabou, porém, por ser benéfica, pois obrigou à renovação do pessoal, melhorando a imagem e a sustentabilidade do MAC.

Nesta fase crítica, valeu à AAP a Fundação Calouste Gulbenkian, que financiou a aquisição de novas estantes e de equipamento audiovisual para a sala de sessões, melhoramento pontuais no MAC e a edição de um volume de homenagem a D. Fernando de Almeida, que entretanto falecera, em 1979. Este apoio em equipamentos e publicações permitiu a canalização para as despesas de funcionamento corrente das receitas de bilheteira, então escassas, pois raramente se ultrapassavam os 10 a 12.000 visitantes anuais, e havia muitos pedidos de visitas gratuitas, feitos por toda a espécie de instituições.

Após o falecimento de D. Fernando de Almeida, Eduardo da Cunha Serrão, um economista de profissão e prestigiado arqueólogo, assumiu a presidência, durante quase uma década. Nesse período conseguiu-se alguma estabilização e autonomia financeira, reestruturou-se o quadro do pessoal, com a contratação de duas funcionárias, em substituição do guarda residente, que era pago pelo Estado, e do reformado da GNR que assegurava a portaria. Fizeram-se alguns melhoramentos pontuais no MAC, expandiu-se a biblioteca para a antiga sacristia, e assegurou-se a actividade associativa regular das secções, nas quais foram apresentadas mensalmente comunicações do maior interesse, quer por sócios, quer por arqueólogos convidados, tornando a AAP no principal fórum arqueológico do país.

O RESSURGIR DA COMISSÃO DE HERÁLDICA

Nos anos 90 outra importante área de actividade que merece destaque é a Heráldica Autárquica, não só pelo acréscimo de prestígio que trouxe, mas também pelos recursos financeiros que proporcionou. Com efeito, a Lei nº53/91, de 7 de Agosto, no seu artigo 23º, atribuiu à Comissão de Heráldica da AAP as “funções de consulta e registo na área da heráldica autárquica e das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa”, até à plena entrada em funções do Gabinete de Heráldica Autárquica do então Ministério do Planeamento e da Administração do Território então “criado”. Passados mais de 20 anos, esse Gabinete não parece ter ainda passado do papel, nem é previsível que, em tempos de redução acelerada de funcionários e despesas públicas, o referido organismo venha a ser criado. Aliás, a recente Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias



Fig. 39
Heráldica autárquica.

Locais, no seu Artigo 9º, continua a cometer à acima referida Comissão da AAP a emissão de parecer sobre a “constituição dos brazões, dos selos e das bandeiras” dos municípios e freguesias.

Esta importante função atribuída pelo Estado à AAP é um reflexo da qualidade técnica do trabalho desenvolvido pela Comissão de Heráldica, desde os anos 30, por heraldistas ilustres, como Afonso de Dornelas, e sobretudo ao longo dos últimos 20 anos, a qual se traduziu na emissão de mais de 3.000 pareceres, a maior parte dos quais referentes às freguesias de todo o país, que passaram a ter também direito a usar os seus símbolos autárquicos. Demonstra também a credibilidade da nossa Associação, que bem podia ser chamada a dar a sua colaboração com o Estado noutras áreas de intervenção, no domínio da Arqueologia e do Património.

O ano de 1990 marcou o início de um longo processo de renovação da AAP. Com efeito, tendo-se verificado a necessidade de adequar os Estatutos e o Regulamento Interno à legislação das associações, a Direcção então eleita, presidida por Francisco Santana, que exercia as funções de Secretário-Geral desde 1975, tendo o signatário como Vice-Presidente, deu início a esse processo, convocando várias Assembleias Gerais Extraordinárias para o efeito. Na verdade, até então, a Direcção assegurava simultaneamente a Mesa da Assembleia Geral, e não havia Conselho Fiscal, pelo que se tornava premente introduzir na AAP o princípio da separação dos poderes legislativo, executivo e fiscalizador, característico das sociedades democráticas.

Assim, após longos debates, conseguiram-se fazer aprovar, em 1994, os novos Estatutos e Regulamento, de acordo com a legislação em vigor, e eleger uma Direcção, presidida pelo signatário, uma Mesa da Assembleia Geral, presidida por Francisco Santana, e um Conselho Fiscal, presidido por Elisabeth Cabral.

ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS

Em paralelo com a revisão dos Estatutos e do Regulamento Interno, e com o objectivo de revitalizar a vida associativa, retomou-se a iniciativa de promover a realização das IV e V Jornadas Arqueológicas da AAP, que tiveram lugar, com assinalável êxito, na sede associativa, em Maio de 1990 e em Maio de 1993 (figs.39). Com efeito, nas IV Jornadas,

que tinham como tema a Investigação e a Defesa do Património, foram apresentadas e publicadas 51 comunicações sobre gestão do património cultural e temas arqueológicos, desde o Paleolítico até à Época Moderna, e nas V Jornadas foram apresentadas e publicadas 58 comunicações, distribuídas pelos seguintes temas: Inventário e Gestão dos Bens Culturais, Organização da Arqueologia em Portugal, Arqueologia e Obras Públicas, Arqueologia Urbana, Pré-História e Arqueologia Clássica e Medieval.

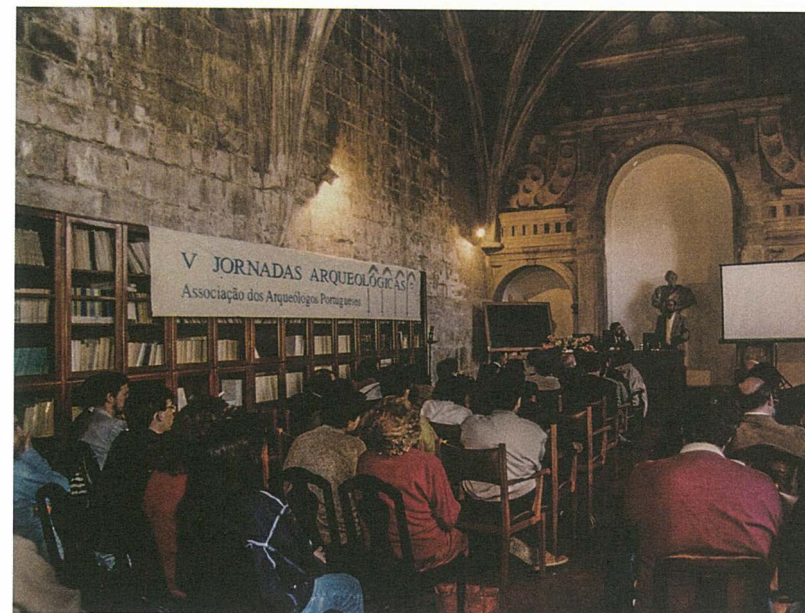


Fig. 40
V Jornadas Arqueológicas
da AAP, 1993.
AF/AAP

O âmbito geográfico e temático destas Jornadas, cuja participação ultrapassou mesmo a dos primeiros Congressos Nacionais de Arqueologia, mostra bem a vitalidade da actividade arqueológica em Portugal, e a capacidade de mobilização da AAP, daí resultando a adesão de inúmeros novos sócios, que vieram dinamizar a vida associativa.



Fig. 41
Nave central do MAC em 1959.
Foto Armando Serôdio
AF/CML

A REMODELAÇÃO DO SÉCULO XX-XXI (1994-2005)



Ao tomar posse em 1994 a primeira Direcção da AAP eleita com base nos novos Estatutos e Regulamentos foi confrontada com duas questões de grande importância:

A necessidade de, por um lado, tomar uma posição firme e de mobilizar a comunidade arqueológica, a comunicação social, e o público em geral em defesa do complexo de arte rupestre do Vale do Côa, cuja importância excepcional começava a ser revelada, e, por outro, de lutar pela protecção do próprio edifício histórico do Carmo e o do Museu nele instalado desde 1864 para fazer face ao impacto da construção das novas linhas de metropolitano.

A QUESTÃO DA SALVAGUARDA DO COMPLEXO DE ARTE RUPESTRE DO VALE DO CÔA

Na década de 90 a AAP intensificou também a sua intervenção junto dos poderes públicos em questões de grande importância, como a salvaguarda do Complexo de Arte Rupestre do Vale do Côa, ameaçado de submersão e consequente destruição por uma barragem; a criação do Instituto Português de Arqueologia, e a própria salvaguarda do edifício histórico do Carmo.

Ao ter conhecimento da importância extraordinária das gravuras do Vale do Côa, tornadas conhecidas em 1994, a AAP tomou de imediato posição, apoiando os seus associados João Zilhão, António Monge Soares (que viriam a tornar-se em 1997 Director e Sub-Director, respectivamente, do Instituto Português de Arqueologia), Vítor Oliveira Jorge, e todos os arqueólogos que vieram a terreiro em defesa da necessidade absoluta de proteger e valorizar o que viria a ser, poucos anos depois, classificado, num tempo "record", como Património da



Fig. 42
Gravuras paleolíticas
da Penascosa, Vale do Côa.
Foto J. M. Arnaud, 2013

Humanidade pela Unesco. Nesse sentido, a AAP promoveu e participou activamente em comunicados e conferências de imprensa, comunicações internas e debates públicos, reuniões com os diversos grupos parlamentares, e com o então Presidente da República, Dr. Mário Soares, em diversas ocasiões.

A AAP financiou ainda a deslocação de João Zilhão, então Presidente da sua Secção de Pré-História, ao *International Rock-Art Congress*, que teve lugar em Turim, em Agosto/Setembro de 1995, a qual foi crucial para o reconhecimento mundial da antiguidade e importância excepcional da Arte do Côa (cf. Lusa 1995).

Organizou ainda, em colaboração com cientistas de outras áreas, o *Forum do Côa*, que teve lugar na Reitoria da Universidade de Lisboa, em 1/6/1995, e que desempenhou um papel de relevo na tomada de consciência por parte dos intelectuais e da população em geral da necessidade absoluta de salvaguardar as gravuras, mesmo que isso implicasse a paragem imediata da construção da barragem. Esta corajosa decisão acabou por ser tomada pelo Governo de António Guterres e do Ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho em Outubro de 1996, a quem a AAP entregara, um ano antes, um extenso dossier, com depoimentos dos maiores especialistas mundiais de arte rupestre, e apelos das mais reputadas instituições internacionais da área do património cultural, elaborado com a colaboração da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (AAP/SPA 1995).

A QUESTÃO DA PROTECÇÃO DAS RUÍNAS DO CARMO

A nova Direcção, eleita em 1994, que integrava também além do Presidente, José Morais Arnaud, António Monge Soares, José Cardim Ribeiro, Luísa Abreu Nunes, e José Barreto Domingos, iniciou o processo de revitalização da AAP e do MAC. Após uma cisão interna, provocada por desacordo em relação à forma como a remodelação do MAC devia ser feita, a Direcção viu-se confrontada com a necessidade de o encerrar ao público, em Novembro de 1995, e de preparar o edifício da antiga igreja do Carmo e o acervo museológico nele instalado para o impacto da construção no seu subsolo das novas linhas do metropolitano.

Com efeito, após um longo período de immobilismo, que durou 45 anos, com a execução apenas de pequenas obras de conservação, em

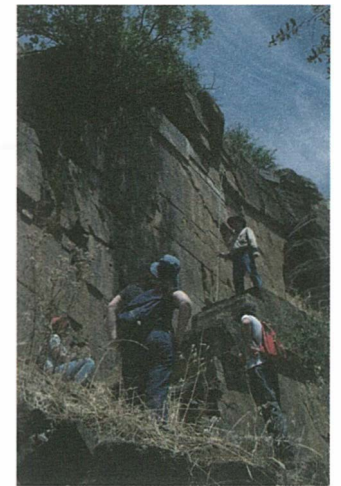


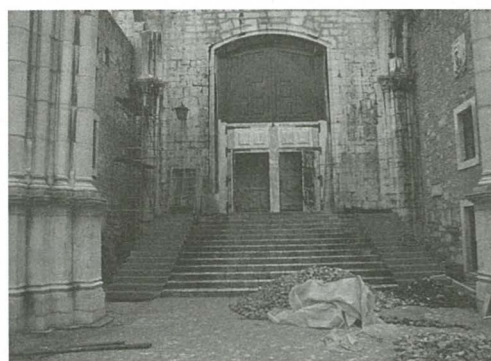
Fig. 43
Painel com Gravuras, Ribeira
de Piscos. Fôz Côa, mostrado
por A.M. Baptista, Director do
Parque Arqueológico do Côa.
Foto J. M. Arnaud, 2013



Fig. 44
Recorte de imprensa sobre a polémica AAP versus Metropolitano de Lisboa.

Outubro de 1995 o MAC foi obrigado a encerrar ao público devido às obras de construção do Metropolitano de Lisboa no seu subsolo, que sujeitaram a estrutura arquitectónica a elevados riscos. Após baldados contactos com a administração daquela empresa, e uma campanha na imprensa, fizeram-se intervenções de grande envergadura no âmbito da conservação do monumento, que obrigaram a uma desmontagem e reestruturação completa do MAC, que só voltou a reabrir em Junho de 2001.

Após uma infrutífera troca de correspondência com os promotores da obra e as entidades oficiais, e uma bem mais frutífera campanha na imprensa, cujo sucesso se deve em grande ao jornalista Carlos Torres, de *A Capital*, que publicou durante algumas semanas depoimentos dos mais destacados arqueólogos, historiadores e intelectuais do país, em defesa do edifício histórico do Carmo, o Metropolitano de Lisboa, pressionado pelo Governo de António Guterres, decidiu assumir as suas responsabilidades na protecção das Ruínas e do Museu Arqueológico do Carmo.



Figs. 45 e 46
Obras de preparação do Carmo para impacte das novas linhas de metropolitano, 2000.

Essa operação implicou as seguintes etapas:

1. Inventário sumário e levantamento fotográfico do acervo do MAC;
2. Desmontagem completa do MAC e colocação do seu acervo na antiga sacristia, por ser a zona mais segura do edifício;
3. Escavação arqueológica de todas as cinco antigas capelas e de parte da nave central;
4. Colocação de cerca de 150 microestacas em torno das antigas capelas e do transepto para reforço dos alicerces;
5. Escoramento e consolidação dos arcos da nave;
6. Colocação de uma camada de impermeabilização em toda a extensão da nave;
7. Reposição de pavimentos em toda a área da antiga igreja;
8. Remontagem do MAC.

As primeiras cinco etapas foram realizadas em 1996. Porém, as restantes só foram completadas no ano 2000, apesar da insistência da Direcção da AAP junto da Administração do Metropolitano de Lisboa, graças à intervenção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

O PROJECTO “DINACARMO”

Depois de rompido unilateralmente pela administração do Metropolitano de Lisboa o contrato assinado em 1996, através do qual aquela empresa se tinha comprometido a financiar a remontagem do MAC, a AAP recorreu em 2001 a fundos comunitários, no âmbito do Plano Operacional da Cultura (POC), com o apoio técnico do então Instituto Português de Museus, tendo porém, para o efeito, sido obrigada a recorrer a um empréstimo bancário, oportunamente resgatado.

No âmbito do POC foi assim realizada uma profunda remodelação do MAC, a qual incluiu as seguintes operações:

1. Limpeza, conservação e restauro de todo o acervo, por técnicos qualificados, especialistas no tratamento da pedra, da madeira, do azulejo, e da pintura;
2. Estudo exaustivo do acervo por uma equipa de mais de 30 especialistas nas mais diversas áreas;
3. Instalação de um novo sistema de iluminação do edifício e do acervo;

4. Construção de uma estrutura de recepção confortável e de dimensão adequada;
5. Remodelação e ampliação das instalações sanitárias para o público e para o pessoal;
6. Remodelação dos serviços de apoio ao pessoal e aos visitantes;
7. Criação de um espaço de livraria/loja;
8. Alargamento e re-qualificação dos quadros de pessoal, incluindo a criação do lugar de Conservador;
9. Projecto de musealização, elaborado *pro bono* pelo Arq.^o Mário Varela Gomes;
10. Remontagem integral do MAC;
11. Publicação de um catálogo exaustivo das colecções permanentes do MAC;
12. Criação de um Serviço Educativo.

Os objectivos deste projecto foram plenamente alcançados, e até ultrapassados. Com efeito, em apenas 10 anos, o número de visitantes, e as correspondentes receitas, passaram de 20.000, antes da remodelação, para os 100.000, já atingidos em 2013, tendo sido criados mais quatro postos de trabalho permanentes, e três temporários ou a tempo parcial.

As obras do Metropolitano obrigaram ao encerramento do Museu entre 1996 e 2001, e à instalação provisória da sede da AAP num outro edifício do Largo do Carmo, arrendado para esse efeito. Isso não obstruiu, porém, a que nesse período prosseguisse a actividade científica, no auditório do Metropolitano de Lisboa, cedido para a realização de várias reuniões e colóquios, entre os quais se destacam os dois colóquios organizados pela Comissão de Estudos Olisiponenses, em 1998 e 1999 (*Arqueologia e História*, 52 e 53).

No ano 2000 o final do século foi assinalado pela realização das VII Jornadas Arqueológicas, para as quais se convidaram os mais destacados arqueólogos do país, a fazerem um “Balanço de um século de investigação arqueológica” (*Arqueologia e História*, 54, Lisboa 2001), obra de referência indispensável para as novas gerações de investigadores.



Fig. 47
A antiga capela-mor,
após remodelação
do MAC.
Foto J. M. Arnaud / AAP



Fig. 48
Sala 4 do MAC,
após remodelação
do MAC.
Foto J. M. Arnaud / AAP

O projecto de renovação integral do MAC culminou em 5 de Dezembro de 2005 com a publicação do volume de estudos e catálogo das colecções permanentes, intitulado “Contruindo a Memória – As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo”, uma obra colectiva coordenada pelo signatário e por Carla Varela Fernandes, então conservadora do Museu.



Figs. 49 e 50
Presidente da República
Dr. Jorge Sampaio, assina
Livro de Visitantes do MAC,
na presença do presidente da
Direcção, José Morais Arnaud,
e da Presidente da Mesa da
Assembleia Geral Prof.ª
Teresa Judice Gamito, por
ocasião do lançamento da obra
“Construindo a Memória”
(5 de Dezembro de 2005).
Foto AF/AAP



Fig. 51
A Doutora Carla V. Fernandes
com o Presidente Jorge Sampaio
e o Prof. Mário Vieira de
Carvalho, então Secretário
de Estado da Cultura, durante
o lançamento do livro
“Construindo a Memória”.

UMA ASSOCIAÇÃO E UM MUSEU PARA O SÉCULO XXI

A intervenção cívica da AAP, que remonta às suas origens, no século XIX, e que tem prosseguido ao longo dos tempos, intensificou-se no início do séc. XXI. Com efeito, desde que foi anunciado o propósito de extinguir o Instituto Português de Arqueologia (IPA), que a AAP e os seus membros mais activos se desdobraram em moções, comunicados, e até em manifestações públicas, para tentar impedir a consumação desse desiderato. Na verdade, a sua criação em 1997 revelara-se da maior importância para a afirmação da profissão de arqueólogo, numa época de expansão económica, em que se verificou um crescimento exponencial da actividade arqueológica, devido à legislação relativa à minimização de impactes sobre o património produzida pelo próprio IPA. Infelizmente essa batalha não foi ganha, e hoje, de reestruturação em reestruturação, a tutela da Arqueologia dilui-se numa Direcção Geral do Património Cultural desprovida de meios materiais para dar resposta às suas múltiplas responsabilidades, e em que os arqueólogos foram marginalizados do processo decisório.

Este enorme retrocesso na intervenção do Estado na gestão do património arqueológico não deve ser, porém, motivo de desânimo. Na verdade, a actual conjuntura, se bem que muito difícil, vem abrir novas perspectivas à intervenção cívica, dos indivíduos e sobretudo de associações como a AAP, em defesa de um património de elevado valor identitário e até económico, que a todos pertence e por todos deve ser usufruído.

Ao celebrar 150 anos, a Associação dos Arqueólogos Portugueses continua a ocupar uma posição de charneira no panorama da salvaguarda do património português e sua divulgação, como aconteceu na época da sua fundação, procurando continuar dar a conhecer o passado e viver o presente para construir o futuro. Desta forma o MAC tem

percorrido um caminho (inevitável) de sobrevivência, arriscado e preenchido de dificuldades, que têm sido superadas sobretudo graças ao forte empenho dos seus dirigentes, associados e colaboradores. Sem apoios financeiros estatais desde 1975, o MAC tem vindo a destacar-se no seio dos museus portugueses como um exemplo de gestão associativa de sucesso (Arnaud 2008), beneficiando de um processo de tomada de decisões muito agilizado pelo facto de o Director do Museu ser o próprio Presidente da Direcção da Associação, e de liberdade para criar a sua própria programação cultural, o que se tem vindo a revelar muito benéfico, pois permite a criação de actividades adaptadas às diversas tipologias de público que tem e que importa cativar e manter, para poder gerar a sua própria sustentabilidade. No que respeita às actividades criadas pela equipa do MAC, contexto em que o Serviço Educativo tem desempenhado um papel determinante, através de uma programação assídua e diversificada que abrange todas as faixas etárias, oferecendo visitas guiadas gerais e temáticas em várias línguas, ateliers de pintura, escultura, arquitectura, cerâmica, teatro, escrita criativa, dança, *peddy-papers*, escavações arqueológicas (a brincar), entre outras actividades, tendo sempre como base criativa as heterogéneas colecções do Museu (onde se reúnem objectos provenientes dos quatro continentes, embora a maior parte provenham do território português), e o próprio edifício, ligado a figuras e momentos cruciais da História de Portugal, possibilitando a visualização deste museu e seu acervo de perspectivas sempre diferentes.

Em conjunto com outras instituições externas ligadas à área da investigação arqueológica, também se têm elaborado outras actividades e eventos, entre os quais se destaca a Festa da Arqueologia. Criado em 2010, este evento, que teve uma vez mais como objectivo primordial aproximar a actividade da comunidade arqueológica do público em geral, dando a conhecer a importância dos seus trabalhos, desenvolvidos de Norte a Sul do país e a sua relevância para a preservação, valorização e divulgação patrimonial, para cujo sucesso contribuíram as seguintes instituições e empresas participantes: Associação de Arqueologia da Amadora, Centro de Arqueologia de Almada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, UNIARQ / Faculdade de Letras de Lisboa, Direcção Geral do Património Cultural, Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, Museu Nacional de Arqueologia, Museu da



Figs. 52 e 53
Acção do Serviço
Educativo do MAC, 2013.
Foto J. M. Arnaud / AAP

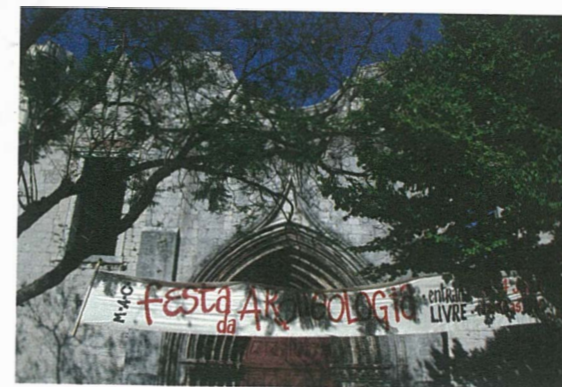
Água, Museu de S. Miguel de Odrinhas, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Museu de Arte pré-Histórica de Mação, Centro de Estudos de Oeiras, Departamento de Arqueologia da Câmara Municipal de Lisboa, Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Serviço Educativo do MAC, Atalaia Plural – Pequenos Arqueólogos, ERA – Arqueologia S.A., Neoépica, Time Travellers, e Escola Profissional de Arqueologia. Contou-se ainda com o imprescindível apoio logístico da Guarda Nacional Republicana e da (agora extinta) Junta de Freguesia do Sacramento. Já na sua terceira edição, este evento teve lugar em Junho de 2013 com o tema “Uma viagem no tempo”, evocando a viagem que a AAP tem feito ao longo dos seus 150 anos pela Arqueologia em Portugal, conseguindo atrair cerca de 4.000 visitantes em apenas dois dias.



Fig. 54
Festa da Arqueologia, 2010.
Foto J. M. Arnaud / AAP

Sempre receptivos aos mais variados tipos de propostas de foro cultural que proporcionem a sua divulgação, o MAC e a AAP acolhem também regularmente iniciativas concebidas por outras entidades públicas e privadas, como festivais de vídeo, exposições, instalações de arte, concertos, peças de teatro, bailados, sessões fotográficas, que muito têm contribuído para a dinamização do espaço e sua envolvente cidadina, angariação de novos públicos e até mesmo a fidelização de alguns que voltam a visitar o MAC com alguma frequência, como é o caso do público gerado pelas actividades elaboradas em conjunto

com os *Urban Sketchers* (que este ano organizaram no MAC o seu 37º Encontro em Portugal), com o Centro Nacional de Cultura, na Festa no Chiado (que este ano comemora a 17ª edição) ou com a EGEAC em eventos como a Música nas Praças, no qual este ano se registaram cerca de 4.200 visitantes.



Figs. 55 e 56
Festa da Arqueologia, 2010.
Foto J. M. Arnaud / AAP

Estas oportunidades de colaboração com outros organismos, ao estreitarem laços entre as instituições, têm permitido obter apoios pontuais a partir de mecenato e de candidaturas a fundos disponíveis, ou efectuar parcerias e protocolos de carácter mais prolongado com instituições sediadas no Chiado, como a Faculdade de Belas-Artes de Lisboa, o Centro Nacional de Cultura, a Associação para Valorização do Chiado, com empresas de transportes urbanos, como o Metropolitano de Lisboa, Carris – Transportes Públicos de Lisboa, CP – Comboios de Portugal, e com outras entidades que podem ajudar na divulgação

das actividades do Museu, como o Turismo de Portugal, a EGEAC, a Associação do Turismo de Lisboa, a PT – Blue Station, a Associação de Guias-Intérpretes. Têm-se também procurado apoios financeiros para projectos pontuais junto de instituições como a Fundação Calouste Gulbenkian, o BPI-Banco Português de Investimento, e a Fundação Millennium BCP. Estes elos de contacto tornam-se prioritários para assegurar a projecção da dinâmica desta Associação e do seu Museu e devem continuar a ser alargados dentro e foras das fronteiras, sem que os compromissos estabelecidos com as diversas entidades extrapolem os objectivos basilares desta instituição.

Cerca de 87% dos seus visitantes continuam a ser de origem internacional, público que é imperativo manter, continuando a apostar na divulgação que tem sido feita nacional e internacionalmente através do Turismo de Portugal e da Associação de Turismo de Lisboa, dos inúmeros contactos estabelecidos com agências de turismo privadas, organização de visitas com guias independentes, dos Hóteis e *Hostels* onde são distribuídas periodicamente informações sobre as actividades do MAC e através da actualização da informação impressa nos guias de viagem, de entrevistas, curtas-metragens, filmagens (vídeo sobre o Terramoto de 1755, que é projectado diariamente no *Lisbon Story Center*), bem como colaboração em outros programas televisivos nacionais e internacionais (“*The World Heritage*”, “*Perfect Storms*”, “*Santos de Portugal*”, “*Conta-me Histórias, Lisboa Setecentista: a ordem nascida do caos*”, “*Viagens ao Centro da Terra*”) de carácter cultural onde o edifício, sua história e colecção são colocados em destaque a par de alguns dos mais importantes episódios da História de Portugal, como a Batalha de Aljubarrota em 1385, o Terramoto de 1755 e a Revolução do Cravos em Abril de 1974.

Como se pode avaliar pela percentagem acima indicada, o público do MAC é maioritariamente de origem internacional, o que tem motivado a equipa deste museu a dedicar-se ainda mais à elaboração de projectos que atraiam o público português, com o objectivo de superar os cerca de 90.000 visitantes somados em 2012. Neste sentido, procurou-se uma aproximação a outras entidades museológicas, situadas na área circundante, com acervos diversos, mas complementares, de forma a congregar esforços e trocar ideias e experiências. Assim nasceram os “Passeios com Arte e Ciência” (entre as Amoreiras e o



Fig. 57
Acção de divulgação do MAC no metropolitano, integrada no programa PT – Blue Station.



Fig. 58
Concerto do programa “Música nas Praças”, da EGEAC.

Chiado), divulgados através de um desdobrável comum, e de cartazes colocados nos transportes públicos, oferecendo descontos a quem visitar dois ou mais dos oito museus que aderiram ao projecto, num período de três dias. Este projecto, desenvolvido a partir de uma ideia inicial do MAC, foi posto em prática em Agosto deste ano em conjunto com o Museu da Água da EPAL, o Museu da Fundação Arpad-Szenes Vieira da Silva, o Museu Nacional de História Natural e da Ciência, o Museu de Geológico, o Museu de S. Roque, o Museu Nacional de Arte Contemporânea, e o Museu da Farmácia, com o apoio da Santa Casa da Misericórdia e do Metropolitano de Lisboa. Ligações que em breve se estenderão a outras instituições ligadas às artes. Além deste projecto, refira-se também a colaboração do MAC no *Universal Museum Guide*, uma aplicação para software móvel desenvolvida pela empresa *Beware*, que permite a realização de visitas interactivas, com o objectivo de atrair os públicos mais ligados às novas tecnologias. Deste projecto, cuja oferta pretende ser muito diversificada, fazem parte outros parceiros, como o Oceanário de Lisboa, o Museu da Carris, o Palácio da Bolsa do Porto, a Casa das Histórias Paula Rêgo, o Centro Português de Fotografia, o Museu do Carro Electrico (STCP) e o Banco de Portugal – Museu do Dinheiro.

No âmbito do alargamento e renovação da oferta cultural do MAC, tem-se procurado trabalhar na recriação do seu espaço a partir de intervenções (Arte Pública no Chiado 2009-2013), exposições (Rogério Timóteo 2012) e instalações (Sérgio Pombo 2013), que têm sido desenvolvidas com artistas contemporâneos que valorizam o edifício em consonância com a projecção da obra apresentada, dialogando com a estrutura que a envolve e acolhe, inserindo-a num novo contexto artístico.

Desta forma atraem-se novos públicos, promove-se a arte contemporânea portuguesa e renova-se a imagem do espaço expositivo. Iniciativas que importa complementar com a realização de cursos, visitas e ateliers, agilizando a sua interpretação. Além das exposições acima referidas, realizadas no seu próprio espaço, o MAC participou também noutras exposições temporárias, através da cedência de algumas das suas peças mais emblemáticas, tais como “711”, no Museu Regional de Madrid em Alcalá de Henares (2012), “Freguesias de Lisboa: Passado e Futuro” (2013), “Arquitecturas – Testemunhos Islâmicos em



Fig. 59
Cancioneiro Gitano de Federico García Lorca, Produção Artefilmes, 2008.



Fig. 60
Passeios com Arte e Ciência.

Portugal” e também na exposição permanente do *Lisbon Story Center*, através da cedência das Ruínas do Carmo para a filmagem de algumas reconstituições dramatizadas do Terramoto de 1755.

No que respeita à conservação do edifício e sua colecção importa salientar que, a par da monitorização periódica (assegurada por especialistas), e das recentes intervenções de conservação e/ou restauro pontuais de algumas peças, como o Sarcófago Egípcio, da escultura monumental de S. João Nepomuceno, do Túmulo de D. Catarina, das Lápides Funerárias de Abba Marieh, do Rabbi Isaac Hacohen, e do Rabbi Mashnuna, a Lápide Comemorativa da Sinagoga do Porto e os painéis de azulejo que representam os Passos da Paixão de Cristo, está também delineado um plano de intervenção para realização de algumas acções de conservação e/ou restauro mais urgentes a satisfazer, entre as quais se destaca o portal de entrada do MAC (uma das áreas mais importantes do edifício gótico), a efectuar assim que a AAP reunir condições financeiras para tal, seja por meios próprios ou através de apoios mecenáticos.

Em relação ao acervo, este permanece maioritariamente estável, à excepção do Túmulo de D. Fernando I que, apesar dos esforços feitos para encontrar uma solução para a sua estabilização, tendo-se contactado alguns dos mais importantes especialistas na área da conservação pétrea, ainda não foi possível encontrar um método viável para melhorar o seu estado de conservação.

No que respeita à sua colecção, são ainda de focar os constrangimentos com que o MAC se depara, quase desde a sua fundação, pela ausência de um espaço condigno para instalação das suas reservas e do serviço educativo e para a realização de exposições temporárias.

Ainda em relação à conservação do edifício histórico do Carmo, não podem deixar de se referir as preocupações que a execução do projecto *Terraços do Carmo*, da autoria do arquitecto Siza Vieira, actualmente em curso, suscitou. Trata-se de uma intervenção em quase toda a zona envolvente do edifício do Carmo, principalmente no que concerne à zona da cabeceira, arcos que encimam as naves da antiga igreja e exterior da nave sul. Contudo, os dirigentes do projecto bem como a empresa a quem foram adjudicados os trabalhos, têm demonstrado uma preocupação constante com a estabilidade do edificado. Estamos confiantes que, após a sua conclusão, este projecto contribuirá para a

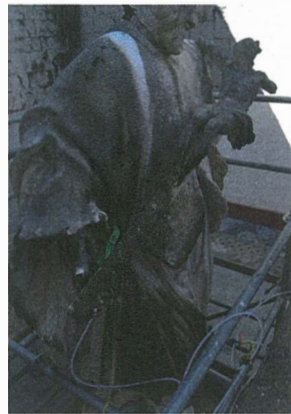


Fig. 61
Estátua Monumental de S. João Nepomuceno, de Giovanni Bellini (séc. XVIII), depois do recente restauro.

valorização deste Monumento Nacional e do museu nele instalado, deixando-o provido de melhores equipamentos e acessibilidades.

No que respeita à investigação científica a AAP e o MAC têm fortalecido as suas ligações às universidades e centros de investigação por intermédio dos estudos de que as suas colecções têm sido alvo, quer por professores universitários e alunos de mestrado e doutoramento das faculdades onde se leccionam cursos de Arqueologia, História, História de Arte e Belas-Artes, apoiadas por entidades como a Fundação para a Ciência e Tecnologia e o Instituto Tecnológico e Nuclear. Ainda dentro desta área importa referir o trabalho realizado pelas secções de História, Pré-História, Estudos Olisiponenses e Heráldica que se reúnem regularmente e permitem a colaboração de muitos desses alunos e investigadores, organizando visitas temáticas (Vila Nova de Foz Côa, Tróia, Palmela), conferências mensais, seminários de estudos interdisciplinares, encontros, colóquios, debates, sobre as mais diversas questões que se desenvolvem à volta do passado, presente e futuro do património em Portugal.

Para que a AAP e o MAC possam melhorar ainda o seu funcionamento, há que continuar a planificar, a investir, a desenvolver estratégias bem definidas para angariar financiamentos, afinar contactos com os meios de comunicação social, actualizar plataformas de informação, divulgação e marketing, zelar pela conservação do edifício e seu espólio, estabelecer uma nova política de aquisição e gestão de colecções, sobretudo no que diz respeito à entrada de novas peças de arte contemporânea, actualizar inventários, criar e promover novos eventos e actividades culturais, bem como a investigação e publicações destinadas a vários tipos de público, que os mantenham vivos e actantes, numa sociedade em constante transformação, que lhe permitam continuar a cumprir em pleno as suas funções museológicas, cívicas e educativas.

Após um longo e espinhoso processo de renovação, que se prolongou por duas décadas, a AAP está hoje preparada para enfrentar os desafios de um futuro que se adivinha cada vez mais incerto para Portugal e para a Europa, neste fim de ciclo civilizacional, mostrando-se disposta a dar a melhor colaboração a todas as entidades públicas e privadas, no sentido da prossecução dos seus fins estatutários, sem no entanto renegar, mas até reforçar, o seu já longo passado de luta



Fig. 62
Escultura de Rogério Timóteo, 2012.

pela preservação física da memória histórica do país, o qual faz parte do património genético desta Associação, desde os seus primeiros tempos, pois acreditamos que um povo sem passado não poderá ter grande futuro.

Prova da vitalidade desta Associação, é a forma como estão a decorrer, desde Janeiro, as comemorações dos seus 150 anos de existência, com um vasto e diversificado programa de actividades. Entre estas merece especial destaque a exposição *Memória e Intervenção – 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, que documenta século e meio de intervenção cívica e de bons serviços prestados ao país, reconhecidos pela atribuição da Comenda da Ordem Militar de Sant'Iago, em 1932, da Medalha de Ouro da Câmara Municipal de Lisboa, em 1938, e pela recente atribuição da Medalha de Mérito Cultural, por Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura, e o *I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, que conta a participação de cerca de 250 arqueólogos, que apresentaram cerca de 150 comunicações e posters, sobre investigações abrangendo temas muito diversificados, desde o Paleolítico até à Época Moderna, e intervenções arqueológicas realizadas por todo o país, nos últimos anos, em contextos urbanos e rurais, reflectindo a grande qualidade e vitalidade da Arqueologia em Portugal, e a capacidade de mobilização da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Os tempos que se adivinham afiguram-se muito difíceis, mas é apesar de tudo com um certo optimismo que encaramos o futuro. Como estudiosos do tempo longo da História da Humanidade e da sua interacção com o meio ambiente, acreditamos que as novas gerações, passada a actual voracidade consumista, movida pela ganância ilimitada de políticos e especuladores sem escrúpulos, que nos empurraram até à beira do abismo, serão capazes de reinventar o seu próprio futuro, criando uma sociedade mais justa e capaz de tornar as pessoas mais felizes, em comunhão com a Natureza. Que assim seja!



Fig. 63
Instalação de Escultura
de Sérgio Pombo, 2013.



Fig. 62
Festa da Arqueologia, 2013.
Foto Rui Gomes Coelho

BIBLIOGRAFIA

AAP/SPAE (1995) – “Dossier” Foz Côa. Relatório policopiado entregue ao Governo de António Guterres em Outubro de 1995 pela Associação dos Arqueólogos Portugueses e pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

ALMEIDA, D. Fernando de (1956) – *Egitânia: história e arqueologia*. Lisboa. Faculdade de Letras.

ALMEIDA, D. Fernando de (1962) – *Arte Visigótica em Portugal*. Tese de Doutoramento em Arqueologia e História de Arte. Lisboa. Universidade de Lisboa.

ALMEIDA, D. Fernando de (1964) – *Ruínas de Miróbriga dos Célticos*. Santiago de Cacém.

ARNAUD, José Morais (1999) – Possidónio, precursor do ensino e da investigação arqueológica em Portugal. *Arqueologia e História*. Vol. 51, Lisboa, p. 31-36.

ARNAUD, José Morais, coord. (2002) – Arqueologia 2000 – Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal. *Arqueologia & História*. Vol. 54. Lisboa.

ARNAUD, José Morais (2008) – O Museu Arqueológico do Carmo. Um exemplo de gestão associativa. *Museologia.pt*. Lisboa. Instituto dos Museus e da Conservação, p. 229-243.

ARNAUD, José Morais (2010) – O Museu Arqueológico do Carmo: Passado, Presente e Futuro in Chiado. A efervescência artística e literária de um lugar. Lisboa, 2010.

ARNAUD, José Morais e FERNANDES, Carla Varela, coord. (2002) – O Museu Arqueológico do Carmo. Roteiro e Exposição Permanente. Lisboa. A.A.P.

ARNAUD, José Morais e FERNANDES, Carla Varela, coord. (2005) – *Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses.

CARTAILHAC, Émile (1881) – *Les Ages Préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*. Paris.

CHILDE, V. G. (1925 e 1957) – *The Dawn of European Civilization*, London, Routledge & Kegan Paul, 1ª edição 1925, 7ª edição, 1957. Tradução portuguesa: *A Aurora da Civilização Europeia*, Lisboa 1969, Portugália Editora.

CUSTÓDIO, Jorge (1999) – Possidónio da Silva e as origens da salvaguarda e valorização do património. *Arqueologia e História*. vol. 51, Lisboa, p. 37-60.

CUSTÓDIO, Jorge (2011) – “Renascença” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República – Património da Nação, 2 volumes, Lisboa, 2011.

CUSTÓDIO, Jorge, coord. (2010) – *100 anos de património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa, IGESPAR.

FABIÃO, Carlos (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal. *Almadan*. II série. Nº 8. Almada. Centro de Arqueologia de Almada.

GODOLPHIM, Costa (1894) – *Biografia de Joaquim Possidónio Narciso da Silva*, Lisboa, Typographia Universal.

In Memoriam Prof. Doutor D. Fernando de Almeida. *Arqueologia e História*. Série X, volume I/II(I), Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses. 1984-1988.

JORGE, Vitor Oliveira (1987) – Homenagem ao Doutor Eduardo da Cunha Serrão. *Arqueologia* 16, p. 1-7. Porto.

JORGE, Vitor Oliveira, coord. (1995) – *Dossier Côa*. In 1º Congresso de Arqueologia Peninsular. *Actas VIII. Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (4), p. 311-896.

LEAL, Ernesto Castro (1999) – *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edição Cosmos.

LEMOS, F. (2013) – Eduardo da Cunha Serrão e o projecto de Estudo da Arte Rupestre do Vale do Tejo. In Arnaud, Martins e Neves, coord. *Arqueologia 150 anos*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses.

LUSA (1995) – Congresso Mundial de Arte Rupestre. Turim (Itália): 30/08 – 06/09/95. Revista de Imprensa. Lisboa.

MARQUES, Gustavo, PAULINO, Jorge e COELHO, Luis – Proposta de Reorganização da Actividade Arqueológica em Portugal, Lisboa, 1976.

MARTINS, Ana Cristina (2002) – *Possidónio da Silva e a Memória Histórica, Um percurso na Arqueologia Portuguesa de Oitocentos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses.

MARTINS, João C. M., SIMÕES, M. Salette, MAGALHÃES, COELHO, M. Ergínia e FARINHA, A. Dias (1959) – Nota descritiva da citânia de Sanfins e do seu espólio arqueológico. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura. p. 271-279.

MORTILLET, Gabriel (1885) – *Le Préhistorique – Antiquité de L’Homme*. Deuxième Édition Revue et Complétée. Paris. C. Reiwald, Libraire-Éditeur.

NETO, Mª João Baptista (2001) – *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto, FAUP Publicações.

OLIVEIRA, E. (1984) – *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1935-1969)*. p. 145-154).

PAÇO, Afonso do (1959a) – Escavações e problemas do castro de Vila Nova de S. Pedro e da citânia de Sanfins. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, p. 261-269.

PAÇO, Afonso do (1959b) – Escavações de carácter histórico no campo de batalha. In Aljubarrota – Trabalhos em execução de arqueologia militar. Lisboa, Comissão de História Militar, p. 35-51.

PAÇO, Afonso do (1965) – Escavações de carácter histórico realizadas no campo de batalha de Aljubarrota. *Bracara Augusta*, vol. XVIII-XIX, p. 53-54 e 83-92. *Actas do Congresso Histórico do Portugal Medieval*, tomo III, Braga.

PAÇO, Afonso do e SANGMEISTER, E. (1956) – Castro de Vila Nova de S. Pedro VIII – Campanha de Escavações de 1955 (19ª). *Arqueologia e História*, 8ª série, Lisboa).

RAPOSO, Luís (2003) – A acção de D. Fernando de Almeida na direcção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *O Arqueólogo Português*. Série IV, 21, p.13-64. Lisboa.

ROSAS, Lúcia Cardoso (1995) – Monumentos Pátrios, *A Arquitectura Religiosa Medieval – património e restauro (1835-1928)*, Porto, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras Universidade do Porto.

RIBEIRO, Maria e CARDOSO, João Luis (2013) – Três décadas de escavações em Vila Nova de S. Pedro (1937-1967). In Arnaud, Martins e Neves, coord. (2013) – *Arqueologia 150 anos*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses.

SÁ VILLELA (1876) – *As Ruínas do Carmo (breves considerações)*, I. O Monumento – II. O Museu – III. A Associação, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses.

S. JANUÁRIO, Visconde de (1876/1877) – A architectura Khmer. Ruínas de Angkor Wat no Reino do Cambodge. *Boletim Architectonico e de Archeologia*. Lisboa. Série II, 1 (12), 1876, p. 183-185; 2 (2), 1877, p. 17-21; 2 (3), 1877, p. 22-43.

SÃO-PAIO, D. António de (1938) – Para a História da Associação dos Arqueólogos Portugueses. *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Vol. IV. Volume Comemorativo do 75º Aniversário da Fundação da Associação. Lisboa. p. 9-35.

SAVORY, H. N. (1970) – A Section through the innermost rampart at the chalcolithic castro of Vila Nova de São Pedro (Santarém). *Actas das I Jornadas Arqueológicas*. vol. I. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 133-148.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1941) – *O Carmo e a Trindade*, Lisboa.

SERRÃO, Eduardo da Cunha (1984-1988) – O Professor D. Fernando de Almeida. *In Memoriam Prof. Doutor D. Fernando de Almeida. Arqueologia e História*. Série X, vol. I/II, p. 9-14.

SERRÃO, Eduardo da Cunha e VICENTE, Eduardo Prescott (1959) – Escavações em Sesimbra, Parede e Olelas. Métodos empregados. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, I volume, Lisboa, p. 317-335.

SERRÃO, Eduardo da Cunha; LEMOS, Francisco Sande; MONTEIRO, Jorge Pinho; QUEROL, Maria de Los Angeles; JORGE, Susana de Oliveira e JORGE, Vitor de Oliveira (1972) – O Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo (V.ª V.ª do Ródão, Nisa): Primeiras hipóteses e programa de trabalhos. *O Arqueólogo Português*. Série III, vol. VI, Lisboa. p. 63-76.

SERRÃO, Eduardo da Cunha, LEMOS, Francisco Sande; MONTEIRO, Jorge Pinho; QUEROL (1973) – Notícia de novas descobertas no complexo de arte rupestre do Vale do Tejo. *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. I, p. 159-179.

SILVA, Joaquim Possidónio (1873), Lisbonne, *Projet pour un Musée des Beaux-Arts et d'Antiquités pour la Ville de Lisbonne*, Imprimerie Nationale.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1889) – Memória histórica da Fundação, Progresso e Trabalhos da real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses desde a sua instituição até ao Anno de 1889, em que completou XXV da sua existência em Lisboa. *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, 2ª série, tomo VI, p. 67 e segs.

SIZA, Álvaro (2013) – *Chiado em Detalhe / In Detail*. C. M. Lisboa / Verbo.

SOARES, Margarida Maria do Vale Jordão G., *Igreja de Santa Maria do Monte do Carmo de Lisboa – Memória e Ruína*, tese de mestrado em Arte, Património e Restauro, apresentada à Faculdade de Letras Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène (2002) – *Encyclopedie Medievale d'après Viollet le Duc. Tome I: Architecture*. 1335 dessins Refonte du Dictionnaire raisonné de l'Architecture réalisé par Georges Bernage mise en page de Marc Le Charpentier.

VITERBO, Sousa (1904) – Cruzeiros Notáveis. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, 4ª série, tomo X, p. 97-116, p. 159-186 e p. 210-224).

ZILHÃO, João, coord. (1997) – *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996. Relatório Científico ao Governo da República Portuguesa elaborado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº4/96, de 17 de Janeiro*. Ministério da Cultura, Lisboa.

DOCUMENTAÇÃO

Livros de Actas, e Correspondência diversa do Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

I.A.N./T.T., A.H.M.F., Ministério do Reino – “Projecto de cobertura em ferro e vidro das Ruínas do Carmo”, Plantas, Cx. 5277, IV/C/121 (17).

I.A.N./T.T., A.H.M.F., Inventário de Plantas do Ministério do Reino, Cx. 5277, IV/C/121 (18).

Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Caixa 1 – *Propostas, 1864-1887*.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa / Alto da Eira, *Commando Geral das Guardas Municipaes (Correspondência)*, 1834 a 1865, Ofício nº361 enviado pelo Comandante Geral da Guarda Municipal ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, 23.7.1864.

MEMÓRIA E INTERVENÇÃO – 150 ANOS DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

Ficha técnica – Exposição

Organização:
Associação dos Arqueólogos Portugueses

Coordenação geral:
José Morais Arnaud

Curadoria, guião, pesquisa e conteúdos:
José Morais Arnaud, Célia Nunes Pereira

Textos:
José Morais Arnaud (JMA), Célia Nunes Pereira (CNP),
Jorge Custódio (JC), Segismundo Pinto (SP)

Conservação e restauro:
Conceição Ribeiro e Maria José Moinhos (maquetas)
Lia Jorge (material etnográfico)

Projecto expositivo:
Paulo Freitas (Flatland Design)
Fausto Briosa

Design gráfico:
Paulo Freitas (Flatland Design)

Produção e Montagem:
F. Costa / Oficina de Museus
Núcleo de exposições da BNP

Agradecimentos:
Dr.ª Maria Inês Cordeiro, Dr.ª Manuel Rego
e Dr.ª Ana Nogueira (BNP), Dr. António Carvalho
(MNArqueologia), Prof. Pais de Brito e Dr.ª Ana Botas
(MNEtnologia), Dr.ª Conceição Ribeiro (MNArte
Antiga), Dr.ª Maria José Moinhos (DGPC) e a toda
a equipa da AAP/MAC.

Biblioteca Nacional de Portugal
20 Nov. 2013 – 31 Jan. 2014

Ficha técnica – Livro

Título:
Memória e Intervenção – 150 anos da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Coordenação editorial:
José Morais Arnaud

Texto:
José Morais Arnaud

Design gráfico:
Paulo Freitas (Flatland Design)

Imagens:
Arquivo Fotográfico da Associação dos Arqueólogos
Portugueses (AF/AAP)

Arquivo do IHRU/SIPA – Sistema de Informação
para o Património Arquitectónico
Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa
(AF/CML)

Edição:
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo
1200-092 Lisboa

Impressão:
DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.

Tiragem: 750 exemplares
Depósito legal: 367235/13
ISBN: 978-972-9451-53-9
Lisboa, 2013

O texto não segue o novo Acordo Ortográfico.

Patrocinador exclusivo
(Exposição e Livro):



Apoio institucional
(Exposição):



Apoios pontuais
(Exposição):

IHRU – Instituto de Reabilitação Urbana / SIPA – Serviço
de Informação para o Património Arquitectónico
Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa (AF/CML)
Museu Nacional de Arqueologia
Museu Nacional de Etnologia

AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

MAC
MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO

Patrocinador exclusivo:

